



Grupo de Conjuntura UFES

# BOLETIM N.º 69

## Fragilidades do Crescimento Brasileiro

2024 |  
FEVEREIRO



# SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>II</b>	<b>Nível de Atividade, Política Fiscal &amp; Setor Externo</b>	<b>4</b>
<b>III</b>	<b>Política Monetária &amp; Inflação</b>	<b>9</b>
<b>IV</b>	<b>Empregos &amp; Salários</b>	<b>11</b>
<b>V</b>	<b>O que esperar da economia em 2024?</b>	<b>13</b>
<b>VI</b>	<b>Anexo Estatístico</b>	<b>15</b>
<b>VII</b>	<b>O Grupo</b>	<b>36</b>



## Apresentação

---

Diversas dúvidas pairavam sobre o desempenho da economia brasileira em 2023, devido principalmente ao ambiente político conturbado presente no início do ano. Em meio às incertezas, o resultado positivo do Produto Interno Bruto (PIB), o principal agregado macroeconômico, gerou um certo otimismo para as perspectivas de crescimento da economia nacional. Além disso, o clima de otimismo foi alicerçado durante o ano pelo arrefecimento do processo inflacionário, pela diminuição da taxa básica de juros e pela supersafra agrícola. No entanto, apesar dessas notícias positivas, existem fatores conjunturais que podem gerar dificuldades para um crescimento duradouro da economia nacional.

É nesse sentido de incertezas sobre as perspectivas de crescimento da economia brasileira que o Boletim de Conjuntura em Economia da Ufes, produzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura, do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, chega em sua sexagésima nona edição. Mantendo sua tradicional estrutura, o boletim, escrito pelos estudantes, sob coordenação dos professores orientadores e com a contribuição de Fabrício de Oliveira, é composto por quatro seções. A primeira traz a análise do nível de atividade, política fiscal e setor externo; em seguida, uma seção sobre política monetária e inflação, seguida da terceira, que faz a análise do mercado de trabalho. Completando o texto, o economista Fabrício de Oliveira faz um balanço dos resultados da política econômica do ano de 2023 e analisa as perspectivas do cenário econômico para o ano de 2024.

O título do boletim, fragilidades do crescimento brasileiro, reflete a vulnerabilidade do crescimento da economia brasileira em 2023, posto que alguns pilares do desempenho econômico brasileiro do ano passado, como a agropecuária, apresentam um desempenho instável ao longo do tempo. Além disso, as análises dos indicadores demonstram a persistência de problemas estruturais que dificultam o dinamismo da economia brasileira como processo de reprimarização da pauta exportadora, desindustrialização e elevação da informalidade. Nós, professores e estudantes do Grupo de Conjuntura, convidamos a todas e todos para a leitura dos textos produzidos para a presente edição.

Boa Leitura!  
Grupo de Conjuntura



## Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Totalizando R\$2,7 trilhões, o PIB do segundo trimestre de 2023 registrou um aumento de 3,7% (Gráfico 1.1) em comparação com o mesmo período do ano anterior. Embora esse desempenho tenha sido menor do que o observado no primeiro trimestre, que alcançou 4%, ele ainda assim superou as expectativas, visto que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), reavaliou suas projeções de PIB anual após tal resultado, elevando as expectativas de um crescimento de 2,3% para 3,3%. Isso, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), pode lançar o Brasil, neste ano, entre as 10 economias de maior crescimento.

Ao analisar o Produto Interno Bruto pela ótica da produção<sup>1</sup>, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), todos setores apresentaram crescimento. Mas, o que apresentou maior crescimento foi a Agricultura, com variação positiva de 17,9% no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.2). No entanto, é preciso esclarecer que houve uma redução de 0,9%, no segundo trimestre de 2023, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior. O primeiro semestre de 2023 registrou valores recordes no que tange à produção agrícola e, apesar de contraditório, o pequeno recuo do segundo semestre é considerado animador, ao revelar a força da segunda safra deste ano em comparação com a supersafra do primeiro trimestre. De acordo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), soja (24,5%), milho (13,7%) e algodão (10,2%) obtiveram as maiores taxas de crescimento nas expectativas de produção anual e ganhos de produtividade após a segunda safra.

O setor de serviços registrou um crescimento de 2,6% no primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022 (Gráfico 1.2). Tal resultado positivo foi impulsionado pelas *Atividades financeiras, de seguro e de serviços relacionados* (5,8%), pelas atividades de *Informações e comunicações* (5,3%) e pelas atividades de *Transporte, armazenagem e correio* (4,2%). Deve-se evidenciar que o Comércio, importante subcomponente do setor de serviços, apresentou um crescimento de 0,9% sob a mesma base de comparação. De acordo com a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), considerando o acumulado de janeiro a agosto de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior, têm-se que o volume de atividades e a receita nominal desse setor avançou 4,0% (Gráfico 1.3) e 7,8% (Gráfico 1.4), respectivamente. Ademais, segundo os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), a receita nominal de serviços e o volume de vendas do comércio varejista ampliado, no acumulado de janeiro a agosto de 2023, na comparação com o mesmo período de 2022, registraram variações positivas de 7,8% (Gráfico 1.5) e 4,2% (Gráfico 1.6), respectivamente. Este bom resultado está associado a fatores que impulsionaram a atividade comercial por meio do aumento do poder de compra dos agentes econômicos, dentre os quais destacam-se a queda da taxa de desocupação e as renegociações de dívidas das famílias por meio do Programa Desenrola, bem como o aumento da concessão de crédito direcionado à pessoa física.

Ainda sob a ótica do produto, o setor industrial foi o que apresentou o menor crescimento, da ordem de 1,7% no acumulado do primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.2). É preciso ponderar, porém, a queda de 1,3% do subcomponente Indústria de transformação (Gráfico 1.7). Tal perspectiva conflita com o crescimento vertiginoso da Indústria extrativista, o qual atingiu 8,2% (Gráfico 1.7). Percebe-se, portanto, uma diminuição do subcomponente que produz bens de maior valor agregado e de maior

---

<sup>1</sup> Pela ótica da produção, os setores analisados são: Indústria, Comércio e Serviços e Agricultura.



## Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

emprego tecnológico, o que corrobora para a queda da produção de manufaturados em relação ao crescimento da exportação de commodities e reforça a perspectiva da reprimarização da economia nacional. O crescimento voltado para as exportações evidencia, assim, o estigma do caráter dependentista do mercado nacional e revela incógnitas para a expansão industrial brasileira. Ainda refletindo o momento desfavorável que a indústria brasileira enfrenta, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI), indicador divulgado pela Confederação Nacional da Indústria, mostra que, de janeiro a outubro de 2023, a capacidade operacional permaneceu desaquecida, registrando apenas 42,5 pontos nesse último mês (Gráfico 1.8), o que indica uma constante subutilização do potencial produtivo da indústria brasileira<sup>2</sup>.

Pela ótica da despesa<sup>3</sup>, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), componente que representa o nível de investimento na economia, teve variação negativa de 0,9%, no acumulado do primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.9). Tal resultado relaciona-se, entre outras coisas, com a elevada taxa básica de juros da economia brasileira, a SELIC, que, no primeiro semestre deste ano, ainda não havia sofrido cortes, estando em 13,75%. A diminuição do investimento direcionado ao aumento do parque industrial brasileiro teve efeito no aumento das Importações de Bens e Serviços, principalmente de bens de capital, apresentando variação positiva de 2,1%, no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.10). Ao analisar as Exportações de Bens e Serviços, é possível observar o crescimento de 9,7% no primeiro semestre de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.10). Tal aumento deve-se ao crescimento da indústria extrativa e à supersafra, evidenciando o papel brasileiro no comércio internacional como exportador de commodities.

Outro aspecto a ser apresentado, ainda sob a mesma ótica, é a Despesa de Consumo das Famílias. Tal componente apresentou uma variação positiva de 3,2% no acumulado do ano até o segundo trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.11). O crescimento do consumo foi puxado pelos mesmos fatores que alavancaram a atividade comercial – queda da desocupação e do endividamento das famílias, bem como o aumento da cessão de crédito. Além disso, a variação positiva de 2% na Despesa de Consumo do Governo, no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1.11), também exerce impacto sobre o Consumo das Famílias, ao incentivar o dinamismo da economia que, após uma política de Teto de Gastos e da tendência decrescente desde o primeiro trimestre de 2022, volta a se alavancar, sobretudo em razão dos reajustes salariais e do aumento dos programas sociais.

Como salientado no boletim anterior, EC 126/2022 permitiu maior margem para realização de gastos públicos em 2023. Apesar disso, o governo visa uma estratégia de consolidação fiscal, com objetivo de realização de superávits fiscais a partir de 2025. Para compreender a dinâmica fiscal do Governo Central acima da linha utilizar-se-á dos dados de janeiro até setembro de 2023 comparado com o mesmo período de 2022. No período analisado, o déficit primário correspondeu a R\$ 93,3 bilhões, contra um superávit primário de R\$ 54,1 bilhões em 2022 (Tabela 2.1). Esse resultado de

<sup>2</sup> Somente quando esse indicador ultrapassa os 50 pontos é que há crescimento da variável analisada.

<sup>3</sup> Pela ótica da despesa, os componentes analisados são: Despesa de Consumo das Famílias, Despesa de Consumo do Governo, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), Exportações e Importações.



## Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

2023 indica que o governo irá obter um déficit primário acima do 0,5% do PIB que era previsto na LDO de 2023. Esse quadro fiscal se deve ao aumento das despesas, que totalizaram R\$ 1,49 trilhão, e à frustração do crescimento das receitas líquidas frente 2022, que acumularam em R\$ 1,39 trilhão até setembro de 2023 (Tabela 2.1).

Na comparação entre os janeiro-setembro de 2022 e 2023, ocorreu uma redução nominal de 0,5% das receitas totais (R\$ 1,7 trilhão), fruto principalmente da queda das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil - RFB (-21,6%), mesmo com o crescimento na arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS (10,7%) e das receitas administradas pela RFB (2,4%) - (Tabela 2.1). Essa frustração de receitas é resultado do fim da obtenção de receitas extraordinárias via concessões, privatizações, leilões e antecipação de dividendos. Estratégia que foi exaustivamente utilizada pelo governo anterior para obter o resultado primário superavitário em 2022.

Sob a mesma base de comparação, ocorreu um aumento nominal de 9% nas despesas totais, com destaque aos benefícios previdenciários (8,5%), Despesas Sujeitas à Programação Financeira - DSPF (20,5%) e principalmente custeio e capital (1.629%) - (Tabela 2.1). A primeira despesa se deve ao impacto significativo da Medida Provisória (MP) nº 1.181/2023, que introduziu o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social - (PEFPS), e a nova estimativa para projeção da ação orçamentária de Compensação Previdenciária, que vem apresentando crescimento ao longo do exercício. A segunda pode-se apontar o foco do governo nos programas sociais, ocorrendo um acréscimo de gastos de 46,9% no Bolsa Família/Auxílio Brasil (Tabela 2.1). Por fim, houve um crescimento notável de custeio e capital em função da suplementação das despesas de custeio com serviços públicos de saúde e educação e, principalmente, às sentenças judiciais e o parcelamento do pagamento dos precatórios aprovado no governo Bolsonaro.

Os indicadores fiscais no conceito abaixo da linha são construídos pelo Banco Central pela ótica do financiamento e para o Setor Público Consolidado (SPC) — Governo Central, governos estaduais, governos municipais e estatais, excluindo-se Eletrobrás e Petrobrás. Comparando a necessidade de financiamento do SPC nos fluxos acumulados até agosto de 2022 e igual período de 2023, percebe-se uma inversão no resultado primário. Enquanto em 2022 havia um superávit de R\$ 120,3 bilhões (1,85% do PIB), no mesmo período de 2023 houve um déficit de R\$ 78,7 bilhões (1,12% do PIB) - (Tabela 2.2). O principal causador dessa inversão foi o resultado primário do Governo Central. Mas também houve elevação das despesas com Juros Nominais de R\$ 379,9 bilhões (5,86% do PIB) para R\$ 429 bilhões (6,1% do PIB) - (Tabela 2.2). No que tange ao resultado nominal, o setor público consolidado fechou o período janeiro-agosto de 2023 com um déficit de R\$ 507,8 bilhões (7,2% do PIB), contra R\$ 259,5 bilhões em igual período de 2022 (3,99% do PIB) - (Tabela 2.2). Analisando os estoques, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que abrange o governo federal, governos estaduais e os governos municipais, alcançou o valor de R\$ 7,7 trilhões (74,3% do PIB) em agosto de 2023, aumentando 6,9% em relação a agosto de 2022 (Tabela 2.3). Já a dívida líquida do SPC atingiu, em agosto de 2023, R\$ 6,2 trilhões (59,5% do PIB) contra R\$ 5,5 trilhões (58,2% do PIB) em agosto de 2022 (Tabela 2.3). Esse aumento foi ocasionado pela elevação do déficit nominal.

Em relação à proposta de Plano Plurianual (PPA) de 2024-2027, apresentada no dia 31/08, o governo explicita três eixos centrais que irão nortear o planejamento central nos próximos anos.



## Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Esses eixos correspondem, respectivamente, ao desenvolvimento social e à garantia de direitos, ao desenvolvimento econômico e à sustentabilidade socioambiental e climática e, por fim, à defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. A maior parte da fonte dos recursos virá da via orçamentária fiscal e seguridade social (R\$ 8,8 trilhões), seguidos por recursos não orçamentários (R\$ 3,8 trilhões) e por fim, com menos impacto, o orçamento das estatais (R\$ 566 bilhões). Na aplicação das duas maiores rubricas, parcela importante será destinada à previdência social (51%), seguida pelo Bolsa Família (9%), Sistema Único de Assistência Social(SUAS) e Energia (ambos 5%), atenção à saúde e promoção ao trabalho (ambos 4%). Por fim, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 continua com a previsão de meta de déficit zero, com margem de variação de 0,25% do PIB. Além disso, o destaque é a retomada da política de valorização do salário mínimo e a prioridade na alocação de recursos no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

No que tange ao setor externo, os dados da Balança de Pagamentos, no acumulado de janeiro a setembro de 2023, demonstram que as transações correntes, conta responsável por registrar as transações econômicas entre residentes e não residentes do país, registrou um déficit de U\$ 20,89 bilhões, o que corresponde a uma diminuição do déficit na ordem de 39,75% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesse contexto, esse valor pode ser explicado pela conta da Balança comercial de bens, que registrou um superávit de U\$ 58,70 bilhões, o que corresponde uma variação de 69,84% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No entanto, é importante destacar que, apesar das exportações superaram as importações, esse resultado positivo deve ser analisado com cautela, dado que foi fruto de uma queda substancial do valor das importações, que registraram U\$ 198,32 bilhões, o que corresponde uma redução de 10,97% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já as exportações totalizaram U\$ 259,02 bilhões no agregado de janeiro a setembro de 2023, o que representou uma leve queda de 0,12% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Além disso, a diminuição do déficit nas transações correntes pode ser explicada também pela conta de serviços, responsável por registrar os bens intangíveis entre residentes e não residentes no país, a qual apresentou diminuição em seu déficit na ordem de 10,48%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em relação a renda primária, responsável por registrar os ganhos e pagamentos gerados por ativos financeiros e não-financeiros<sup>4</sup>, houve um déficit de U\$ 53,6 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2023, o que representou um recuo de 26,92% na comparação com igual período do ano anterior. Vale destacar que essa conta é historicamente deficitária no Brasil, o que significa que o país está pagando mais renda para investidores estrangeiros (por meio de lucros, salários, dividendos, juros, etc.) do que recebendo de ativos financeiros ou investimentos diretos em países no exterior.

Já a Conta Financeira registra os fluxos líquidos de concessões (+) e captações (-) em dólares. Na somatória dos meses de janeiro a setembro de 2023, em comparação ao mesmo período de 2022, as captações líquidas na Conta Financeira diminuíram significativamente o déficit, passando de US\$ 37,33 bilhões para US\$ 20,43 bilhões, representando uma variação de 45,29% no fluxo de

---

<sup>4</sup> Ativos não-financeiros são bens que apesar de deter valor econômico, não podem ser utilizados como instrumentos financeiros. Por exemplo: estoques, marcas, patentes, etc.



## Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

---

recursos financeiros (tabela 1.1). Ao examinar os componentes da Conta Financeira, no período de janeiro a setembro de 2023, observou-se que os investimentos diretos no país totalizaram US\$ 41,61 bilhões, o que corresponde uma redução de 39,52% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Já os investimentos diretos no exterior totalizaram US\$ 14,98 bilhões, o que corresponde uma redução de 45,28% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

No que tange ao comércio exterior, em relação à Balança Comercial, de acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (tabela 1.2), o Brasil exportou um montante de bens e mercadorias no valor de US\$ 253,3 bilhões para o mercado internacional. Os principais destinos para a produção brasileira foram, respectivamente, a China, os Estados Unidos, a Argentina, a Holanda e o México e os principais produtos exportados foram soja, minérios de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar de cana e milho. Nesse contexto, é importante frisar que a pauta exportadora brasileira é composta por produtos de baixo valor agregado, em contraste com os produtos de maior valor agregado, os quais são importados, o que revela a posição que a economia brasileira ocupa na divisão internacional do trabalho. As importações do Brasil entre janeiro e setembro de 2023 totalizaram US\$ 181,7 bilhões, mostrando uma redução significativa em comparação com os US\$ 205,8 bilhões do mesmo período de 2022. Essa redução pode significar uma retração na atividade econômica, posto que grande parte dos itens importados são matérias primas de alto teor tecnológico para serem utilizados na indústria nacional. Em relação aos principais países do qual importamos foram, respectivamente, a China, os Estados Unidos, a Alemanha, a Argentina e a Rússia, e os principais produtos foram os relacionados a indústria de transformação, como óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, adubos ou fertilizantes químicos, somando mais de 90% das importações brasileira.





## Política Monetária & Inflação

O processo inflacionário brasileiro elevações nos últimos três meses, o que tirou a taxa de inflação da faixa da meta para 2023. Cabe ressaltar que esta expansão se deu de maneira desacelerada, por influência da elevação dos preços dos transportes em função dos combustíveis. No entanto, a tendência foi interrompida em outubro, mês em que o IPCA e o INPC<sup>5</sup> apresentaram, respectivamente, variações de 4,82% e 4,14% no acumulado dos últimos 12 meses, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE<sup>6</sup>, e permanecem apontando um arrefecimento do processo inflacionário no ano de 2023 em relação ao ano de 2022. Com uma variação menor do que a do IPCA, o INPC aponta que o processo inflacionário pode estar impactando menos os bens da cesta básica de consumo. No mês de outubro, o que houve de relevante para o recuo do INPC foi a queda do índice de preços de importantes componentes da cesta de alimentos, justificada pela valorização da moeda nacional, desfavorável à exportação. No acumulado dos últimos 12 meses, as maiores variações foram para óleos e gorduras (-19,12%), carnes (-10,68%), aves e ovos (-8,4%) e leite e derivados (-7,7%). O panorama da inflação brasileira, portanto, serviu como importante componente das justificativas para os recentes cortes na taxa básica de juros da economia.

A taxa SELIC tem sido gradativamente reduzida em 0,5p.p. desde agosto de 2023 quando o COPOM<sup>7</sup> decidiu pela redução de 13,75% para 13,25%, estando em novembro de 2023 no patamar de 12,25%. Na reunião de agosto, o comitê argumentou que o cenário internacional se mostrava incerto com riscos geopolíticos, um processo de desinflação gradual com os núcleos ainda elevados, de desaceleração econômica e com os demais bancos centrais em uma política monetária contracionista, validando uma maior cautela na condução da política monetária. Em relação a conjuntura interna, foi apontado um processo de desaceleração econômica, um mercado de trabalho resiliente e uma inflação em tendência de queda. Por conta disso, o COPOM sinalizou uma redução de 0,5 p.p. para as próximas reuniões, destacando que um corte maior é improvável, salvo se houvesse mudança substancial no comportamento dos preços na economia e uma re-ancoragem das expectativas. Nessa linha, a desaceleração no volume da concessão de crédito está em linha com o esperado para a política monetária restritiva.

Analisando o crédito<sup>8</sup>, o SFN<sup>9</sup> registrou um aumento nos saldos totais de 8,0% no acumulado dos últimos 12 meses, elevando o estoque de operações de crédito para o patamar de R\$ 5,6 trilhões. O destaque foi para o saldo de operações de crédito com recursos livres que cresceu substancialmente, atingindo uma elevação de 6,0% nos últimos 12 meses conforme estimativas para setembro de 2023. Ao analisar o crédito livre para as pessoas jurídicas (PJ), constata-se um aumento de 2,1% nos últimos 12 meses, atingindo o patamar de R\$ 1,4 trilhões. Este representa uma desaceleração notável em comparação com o período compreendido entre setembro de 2021

<sup>5</sup> IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Pesquisa de preços a partir de cestas de produtos de famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos. INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Pesquisa do nível de preços a partir de cestas de produtos de famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos. Ambos formulados pelo IBGE.

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>7</sup> Comitê de Política Monetária.

<sup>8</sup> A análise referente ao crédito considerou informações disponibilizadas até 21/11/2023, onde foram apresentados dados até Setembro.

<sup>9</sup> Sistema Financeiro Nacional, mantido pelo Banco Central.



## Política Monetária & Inflação

e 2022, quando se observava um crescimento de 16%. Por outro lado, o crédito disponível para as pessoas físicas (PF) manteve-se relativamente estável nos últimos meses, mas exibiu uma expansão significativa de 9,2% nos últimos 12 meses, chegando ao montante de R\$ 1,8 trilhões. Este aumento na modalidade de crédito para às PF se sobressai em relação à modalidade para às PJ, sugerindo um panorama no qual o endividamento das famílias tende a crescer, sem necessariamente ser respaldado por um aumento correspondente no investimento e na expansão da capacidade produtiva.

Em relação ao crédito direcionado, o saldo acumulado até setembro está estimado em R\$ 2,2 trilhões, que representou uma expansão de mais de R\$ 100 bilhões desde janeiro de 2023, sendo a maior parcela direcionada novamente para PF, que registra um saldo de R\$ 1,5 trilhões, enquanto a PJ registra R\$ 781 bilhões. Nesta última categoria, não houve grandes alterações em sua composição, sendo a maior contribuição nos resultados advindos dos recursos do BNDES<sup>10</sup>. O destaque desta modalidade foi uma expansão de R\$ 10 milhões para o crédito rural, acumulando o saldo de R\$ 17 milhões. Já o crédito direcionado às PF observou alterações expressivas no crédito rural que possui como principal público-alvo as agriculturas familiares, com uma ampliação de R\$ 41 milhões desde o início do ano, atingindo o saldo total de R\$ 455 milhões. Esta expansão também foi observada nos financiamentos imobiliários, que acumulou R\$ 982 milhões em setembro, o que representa uma ampliação de R\$ 46 milhões desde o início de 2023. Portanto, a ampliação do crédito direcionado foi baseada na ampliação do crédito para PF, enquanto os investimentos para PJ se mantiveram nos mesmos níveis e, ao observar que o saldo total obteve uma variação de 6,94% nos últimos 12 meses, é possível verificar uma expansão a taxas cada vez menores apesar do saldo permanecer em patamar elevado em relação ao período pré-pandemia.

Para as taxas de aplicação<sup>11</sup>, os dados mais recentes de setembro não demonstram grandes mudanças. A taxa média para o crédito livre está no mesmo patamar do registrado em janeiro, chegando a 43,3% a.a. O destaque da modalidade fica com as taxas médias para pessoa física, que chegaram a 57,3% a.a. e as operações com o cartão de crédito rotativo das pessoas físicas, que registraram uma taxa média de 441,1% (a.a.). Em relação ao crédito direcionado, as taxas de aplicação apesar das variações também retornaram a patamares de janeiro quando registraram uma taxa média de 11,8% a.a. chegando a 11,1% a.a. no dado mais recente.

A desaceleração do processo inflacionário e a redução na Taxa Selic abriram espaço para que outros temas pudessem ser discutidos no cenário da política monetária. O Desenrola Brasil reabilita consumidores através da renegociação de dívidas de até R\$ 20 mil para pessoas com renda bruta de até 2 salários mínimos, possibilitando retirar o nome do Serasa. Porém, ainda não gerou impacto sobre os custos de crédito que podem ampliar o nível de endividamento que registrou 48% em agosto. A estabilização do câmbio, o controle da inflação e o desempenho do PIB se tornam elementos chaves para sustentar esta reinserção de consumidores, além de propostas em discussão como a limitação da taxa de juros do cartão de crédito rotativo.

<sup>10</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>11</sup> Taxa cobrada pelos bancos para concessão de crédito.



## Empregos & Salários

Os dados da PNAD Contínua<sup>12</sup>, até o 2º trimestre de 2023, parecem ser animadores, pois se mantém a tendência de queda na desocupação, desde o 2º trimestre de 2021. Em parte, isso encontra explicações no elevado contingente de trabalhadores informais e no lento crescimento da taxa de participação<sup>13</sup> na Força de Trabalho (FT), desde o 2º trimestre de 2022, reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho. Assim, esse cenário, atrelado a um rendimento médio que cresce de forma morosa, coloca dúvidas sobre as interpretações otimistas do mercado laboral nacional.

No 2º trimestre de 2023, a população na força de trabalho (FT) foi de 107,56 milhões e a população fora da força de trabalho (FFT) foi de 67,05 milhões (gráfico 3.1), ambas com crescimento em relação ao trimestre anterior, de 300 mil e 79 mil, respectivamente. Em relação ao 2º trimestre de 2019<sup>14</sup>, a população FFT foi a que mais aumentou, com variação positiva de 10%. Isso se refletiu em um lento aumento da taxa de participação da força de trabalho ao longo do ano de 2022, alcançando 62,1% no 4º trimestre. Já no primeiro semestre deste ano houve queda, com a taxa chegando a 61,6% no 2º trimestre (gráfico 3.2).

A população ocupada aumentou 1,08 milhão em relação ao 1º trimestre de 2023, alcançando 98,9 milhões no 2º trimestre deste ano (gráfico 3.3). Já a população desocupada registrou cerca de 8,64 milhões no mesmo período, com redução em relação ao trimestre anterior, o que representa uma taxa de desocupação de 8% (gráfico 3.5). Dados da PNAD Contínua Mensal<sup>15</sup> mostram que a tendência de queda da desocupação continua, com a taxa chegando a 7,8% no trimestre móvel de jun-jul-ago (gráfico 3.6). A redução na desocupação, em parte, está relacionada à lenta recuperação da taxa de participação da força de trabalho em relação ao período pré-pandemia, pois significa que há um contingente menor da população em idade ativa pressionando para entrar na força de trabalho.

No 2º trimestre de 2023, a população subutilizada<sup>16</sup> no país foi de 20,35 milhões, o que equivale a uma taxa de 17,8% (gráfico 3.7). Há tendência de queda da subutilização desde o 2º trimestre de 2021, puxada, sobretudo, pela diminuição na desocupação. Contudo, vale questionar a qualidade das ocupações geradas, o que requer a análise das ocupações formais e informais no mercado laboral brasileiro.

O contingente de trabalhadores informais foi de 47,38 milhões no 2º trimestre de 2023, com uma taxa de informalidade ampla de 50% (gráfico 3.8). Entre as categorias que mais variaram em relação ao trimestre anterior (tabela 3.2), destacam-se os aumentos no emprego do setor público sem carteira (+377 mil), do setor privado sem carteira (+303 mil) e dos trabalhadores domésticos sem carteira (+150 mil), logo, ocupações informais. Na comparação do 2º trimestre de 2023 com o mesmo período de 2019, nota-se que a retomada foi puxada pela informalidade, já que as ocupações formais cresceram 4,9% (tabela 3.3) ao passo que as ocupações informais aumentaram 5,9% (tabela 3.1).

O aumento na geração de postos de trabalho tem conduzido à tendência de crescimento da massa de rendimentos desde o 2º trimestre de 2022, chegando a R\$284,14 milhões no 2º trimestre de 2023 (gráfico 3.9). Porém, o esperado crescimento no rendimento médio real mensal tem

<sup>12</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>13</sup> Proporção da Força de Trabalho em relação à População em Idade Ativa (PIA).

<sup>14</sup> O ano de 2019 será considerado como período pré-pandemia neste texto.

<sup>15</sup> Os dados da PNAD Contínua mensal não se referem à situação de cada mês, mas sim ao trimestre móvel que finaliza a cada mês, neste caso junho-julho-agosto.

<sup>16</sup> A população subutilizada é composta pelos desocupados, subocupados e pela força de trabalho potencial.





## Empregos & Salários

ocorrido de forma lenta, saindo de R\$2.722,00 no 2º trimestre de 2022 para R\$2.921,00 no mesmo período deste ano (gráfico 3.9). Isso indica que as ocupações estão sendo criadas em categorias com baixa remuneração. Em parte, isso está relacionado à baixa remuneração dos informais, que no 2º trimestre de 2023 ficou em de R\$1.931 (gráfico 3.10), representando valor levemente superior à metade do rendimento médio real dos trabalhadores formais no mesmo período, R\$3.417 (gráfico 3.11).

Assim, a tendência de queda da desocupação, desde meados de 2021, encontra explicações no crescimento das ocupações informais e na menor pressão que a população em idade ativa vem exercendo. Logo, o que se verifica é a manutenção de um mercado de trabalho estruturalmente precário, com o crescimento de ocupações de baixa qualidade que se reflete em uma renda média do trabalho que cresce lentamente. Assim, o otimismo presente no processo de recuperação do mercado de trabalho brasileiro deve ser analisado com ressalvas, afinal a soma do contingente de pessoas que estão na informalidade ou estão sendo desperdiçadas (estão disponíveis para trabalhar, mas, por algum motivo, estão impossibilitadas) ultrapassa 54 milhões de indivíduos.

### BOX 3.1: Análises por faixa etária

No 2º trimestre de 2023, a maior parte da população na FT tinha entre 25 e 59 anos, totalizando 82,5 milhões de pessoas (gráfico 3.12). A taxa de participação para população entre 14 e 17 anos, para o mesmo período, foi de 15,9%, enquanto para a população entre 18 e 24 anos foi de 23,3% (gráfico 3.12). Apesar da baixa taxa de participação, a taxa de desocupação para essas parcelas da população mostra números alarmantes (gráfico 3.15): 29,8% para a população entre 14 e 17 anos e 16,6% para população entre 18 e 24 anos. Os números indicam que o desemprego tem grande incidência entre a população jovem no Brasil. Em relação à subutilização (gráfico 3.16), as maiores taxas foram para a população entre 14 e 17 anos (55,69%) e entre 18 e 24 anos (28,45%), ambas superiores à taxa média (17,8%). O rendimento médio real habitualmente recebido (gráfico 3.17) foi de R\$ 871 para a população entre 14 e 17 anos, R\$ 1.663 para a população entre 18 e 24 anos e R\$ 2.912 para adultos entre 25 e 39 anos, abaixo da renda média (R\$ 2.921). Os maiores rendimentos foram para idosos com 60 anos ou mais (R\$ 3.374) e adultos entre 40 e 59 anos (R\$ 3.324). Esses dados refletem a dificuldade, sobretudo dos jovens, de sair da condição de desocupação, com as maiores taxas de subutilização e os menores rendimentos. Tal dado auxilia, em parte, no entendimento da baixa recuperação da taxa de participação da força de trabalho, com o desestímulo ao ingresso dos jovens no mercado laboral nacional.



## O que esperar da economia em 2024?

Fabício Augusto de Oliveira<sup>17</sup>

O Brasil deve colher uma taxa de crescimento do PIB em torno de 3% em 2023, muito acima dos 1% que indicavam as projeções dos economistas do mercado no início do ano, praticamente repetindo o resultado de 2022, quando a mesma foi de 2,9%. Para alguns analistas tal desempenho deve-se à resiliência da economia brasileira e também aos resultados que começam a ser gerados, ainda não identificados, de algumas reformas aprovadas pelo atual governo. Não é bem assim, e são vários os fatores que não permitem deduzir que esse ritmo mais forte do crescimento continue se mantendo em 2024.

São vários os fatores que contribuíram para o melhor desempenho da economia neste ano. A melhora significativa da produção agropecuária que foi beneficiada especialmente pelo clima desfavorável das colheitas de grãos na Argentina e nos Estados Unidos, garantindo um crescimento expressivo do PIB no primeiro trimestre. A redução da taxa Selic de 13,75% para os atuais 12,25%, contando com o declínio da taxa de inflação, o que, juntamente com as políticas adotadas pelo governo de transferência de renda, valorização do salário mínimo e com o programa Desenrola Brasil, garantiram o fortalecimento da demanda das famílias e dinamizaram o consumo e a aquisição de serviços, injetando forças ao crescimento do PIB. Também o consumo do governo com a expansão dos serviços públicos essenciais contribuiu para este melhor desempenho. O mesmo pode ser dito, no plano externo, sobre a reabertura da economia chinesa no primeiro semestre de 2023 e ao aumento das exportações brasileiras no comércio internacional de commodities, especialmente de soja e petróleo.

Não foi, no entanto, um crescimento que se pode dizer sustentável à medida que muitos desses fatores devem perder força e ainda porque os investimentos produtivos foram na contramão deste movimento: a formação bruta de capital fixo (FBKF), especialmente em máquinas e ferramentas, encontra-se em trajetória de queda, assim como a indústria de transformação, que registrou um recuo de 1,3% no primeiro semestre, mostram as dificuldades de se continuar trilhando esse caminho.

As reformas que alguns analistas apontam como responsáveis por terem dado impulso ao crescimento estão longe, na verdade, de atuarem nessa direção. O novo marco fiscal, por exemplo, aprovado em agosto deste ano, em substituição ao teto dos gastos, apesar de mais flexível em relação ao último para os gastos públicos, não passa de um instrumento visando conter o desequilíbrio das contas públicas e, portanto, de austeridade, limitando, assim, as ações do governo para o crescimento. A reforma tributária, cuja votação ainda não foi concluída, só gerará efeitos positivos para o crescimento mais completos, caso estes realmente ocorram na medida esperada pelo governo e por seus defensores, a partir de 2033, quando o Imposto de Bens e Serviços (IBS) estiver implantado em sua totalidade. O instrumento anunciado pelo governo do Novo PAC, com o

---

<sup>17</sup> Doutor em economia pela Unicamp, membro da Plataforma de Política Social e do Grupo de Conjuntura do Departamento de Economia da UFES, articulista do Debates em Rede, e autor, entre outros, do livro “A economia política clássica: a construção da economia como ciência”, publicado em 2023 pela Editora Contracorrente.



## O que esperar da economia em 2024?

qual espera deslançar os investimentos, garantindo-lhe recursos da ordem de R\$ 1,7 trilhões ao longo de 4 anos, deve ser visto com reservas, pois, de um lado, agrega incontáveis obras dos PACs 1 e 2 dos governos Lula e Dilma que, ou não foram terminadas ou mesmo iniciadas, e, de outro, conta com aportes de quase metade destes recursos pelo setor privado (612 bilhões), num ambiente econômico – interno e externo - que não transmite confiança para o mesmo. O próprio governo, se não romper com os compromissos do marco fiscal, como recentemente chegou a ameaçar com o abandono de suas metas, terá muitas dificuldades para garantir os recursos orçamentários prometidos.

A desaceleração do crescimento deste ano registrada pelo Banco Central nos meses de agosto e setembro constituiu um sinal inequívoco de que o país pode, de fato, ingressar em um novo período de mais baixo crescimento, não se descartando, inclusive, para alguns analistas, de que pode ocorrer até mesmo uma pequena recessão técnica nos dois últimos trimestres do ano. Medido pelo IBC-Br, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central, uma prévia do crescimento do PIB, registrou um ligeiro recuo de 0,06%, depois de conhecer uma retração de 0,77% em agosto, o que, se não compromete as previsões de um crescimento em torno de 3% para este ano, indica que 2024 pode começar com uma economia desacelerada. Isso porque, com o gasto do governo controlado devido à ratificação da meta fiscal de déficit zero, que o governo ameaçou abandonar, mas terminou voltando atrás, e com o investimento produtivo continuando a cair, fica-se sem elementos para identificar fatores que possam garantir o crescimento da economia no próximo ano. Por isso, as apostas sobre o crescimento do PIB em 2024 não passam, por enquanto, de 1,5%, à exceção das realizadas por órgãos governamentais que projetam uma expansão superior a 2%.

Do front externo não se pode esperar ventos favoráveis para o crescimento com as projeções do PIB global estimado em 2,4% para 2024. Embora a possibilidade de uma recessão próxima nos Estados Unidos comece a ser descartada e também o ciclo de elevação da taxa de juros americana, esta, atualmente em 5,5% deve se manter elevada ainda por algum tempo devido aos melhores dados da atividade econômica e do mercado de trabalho, impedindo sua queda para evitar dar força à inflação. Já na Zona do Euro, onde a taxa de juros foi elevada pelo Banco Central Europeu (BCE) para 4%, um recorde desde o Tratado de Maastricht, em 1993, a projeção do crescimento caiu de 0,8% para 0,6% em 2023, com uma taxa de inflação esperada para este ano em 5,6% - distante, portanto, da meta da 2% -, com expressivos déficits orçamentários dos países que integram o bloco, e para 1,2% em 2024. A economia chinesa, por sua vez, deblaterando com problemas conjunturais e também de longo prazo, está tendo, por seu lado, de redirecionar o seu padrão de crescimento, antes apoiado nos investimentos, para o consumo interno, significando que a demanda por matérias primas e produtos de base deve se arrefecer e que a época de taxas elevadas de expansão do PIB parece ter chegado ao fim, projetando maiores dificuldades principalmente para as economias emergentes.

O fato é que não se consegue enxergar, pelo menos até o momento e devido à inexistência de um claro projeto de desenvolvimento do atual governo, de onde poderão ser injetadas forças para sustentar o crescimento registrado em 2022/2023 no próximo ano. A menos que haja uma mudança radical da política econômica em que se abandona as travas para o mesmo que estão





## O que esperar da economia em 2024?

---

dadas pela cartilha neoliberal, da qual o governo não se libertou, não deverá ser nenhuma surpresa que o país retome a trajetória de baixo crescimento que tem sido uma constante desde a década de 1980.



## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Gráfico 1.1: Crescimento do PIB (Brasil, em %)

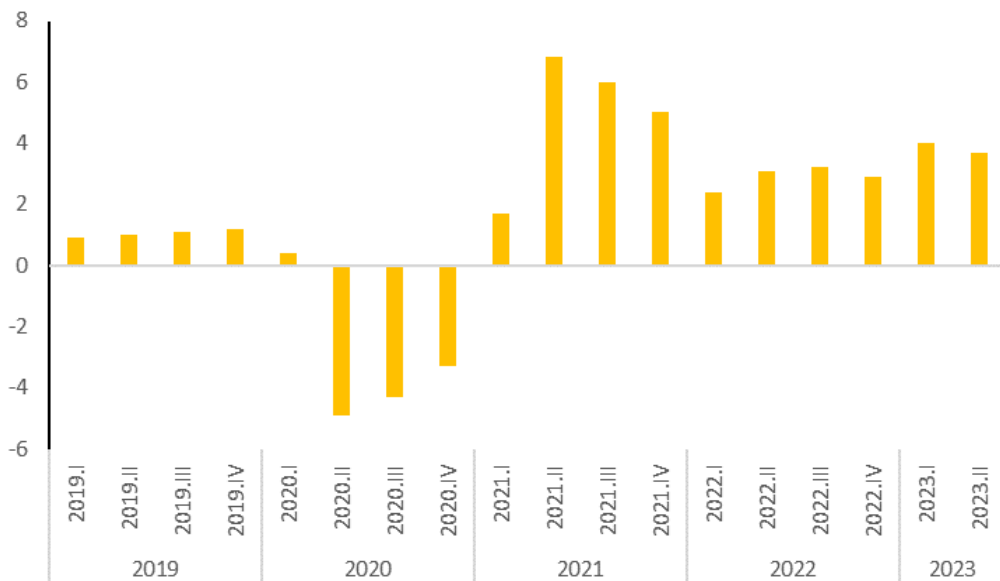


Gráfico 1.2: Crescimento do PIB pela Ótica do Produto (Brasil, em %)

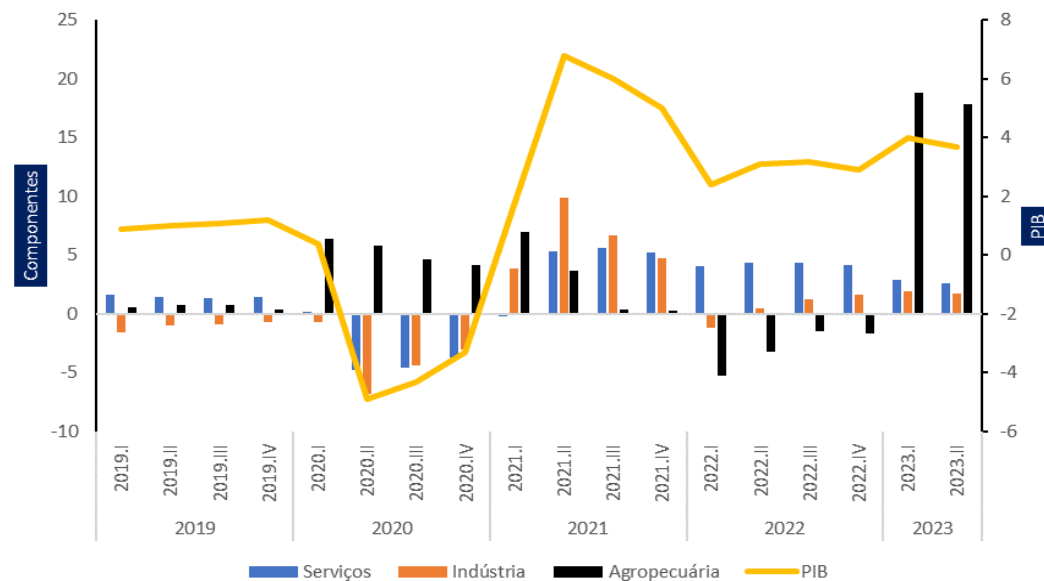
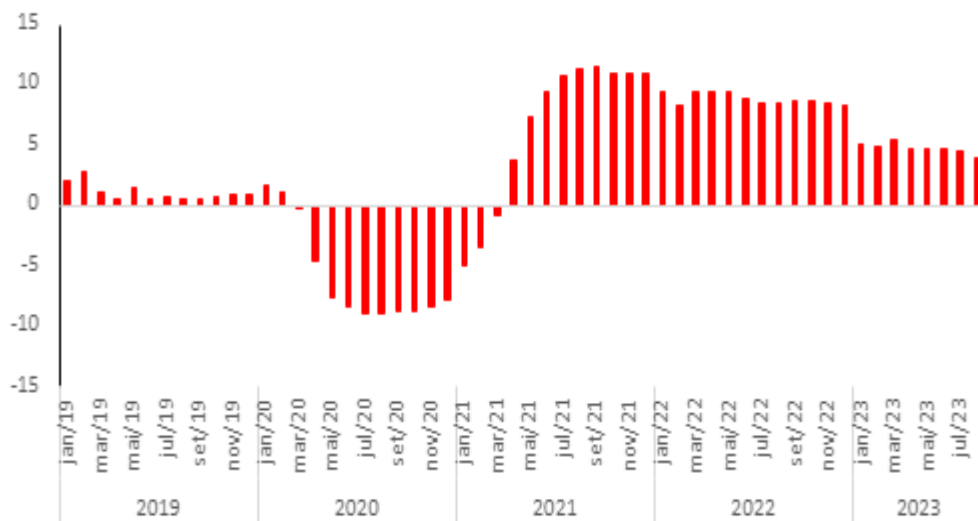


Gráfico 1.3: Variação do volume de serviços (Brasil, em %)



Fonte: PMS/IBGE- Elaboração Própria

Gráfico 1.4: Variação da receita nominal de serviços (Brasil, em %)

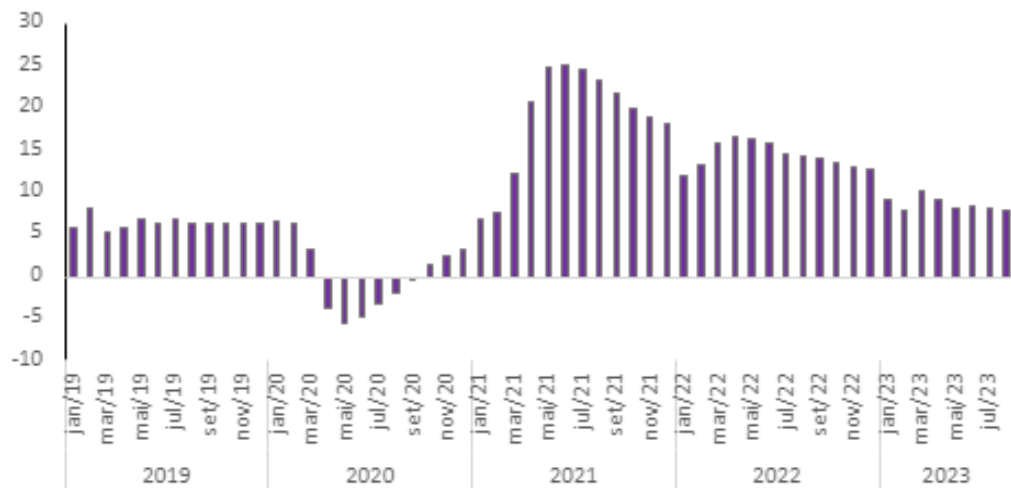


Fonte: PMS/IBGE- Elaboração Própria



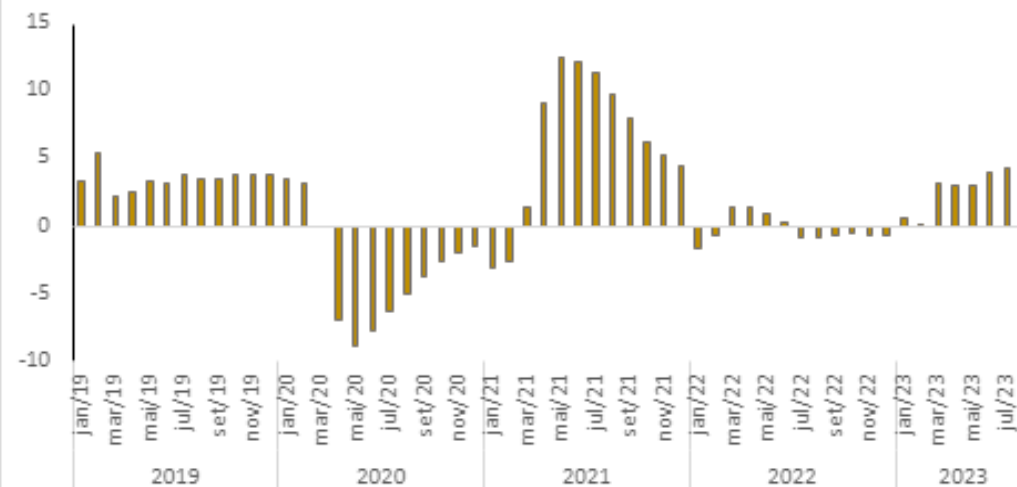
## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Gráfico 1.5: Variação da receita nominal do comércio ampliado (Brasil, em %)



Fonte: PMC/IBGE- Elaboração Própria

Gráfico 1.6: Variação do volume de vendas do comércio ampliado (Brasil, em %)



Fonte: PMC/IBGE- Elaboração Própria

Gráfico 1.7: Trajetória dos Subcomponentes da Indústria (Brasil, em %)

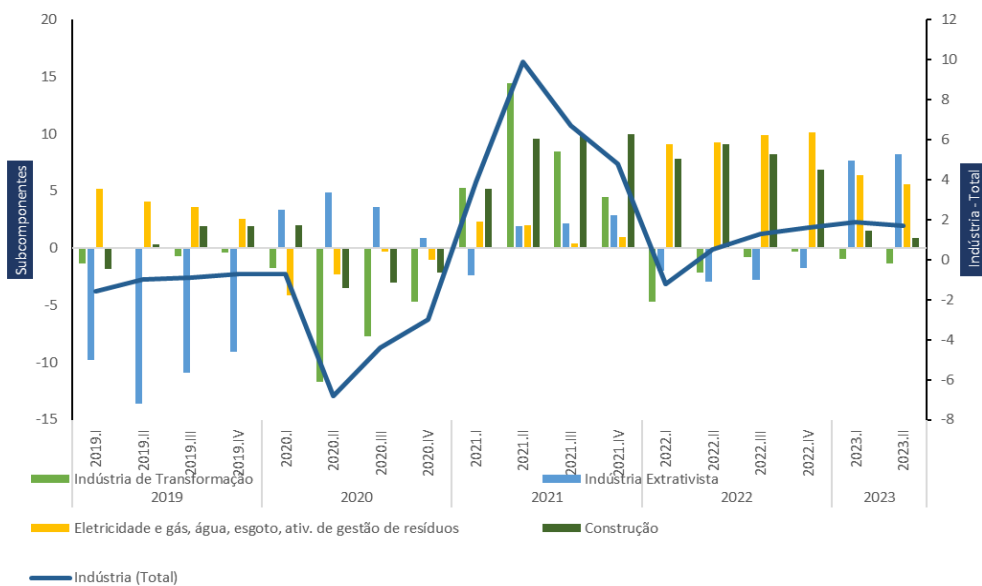
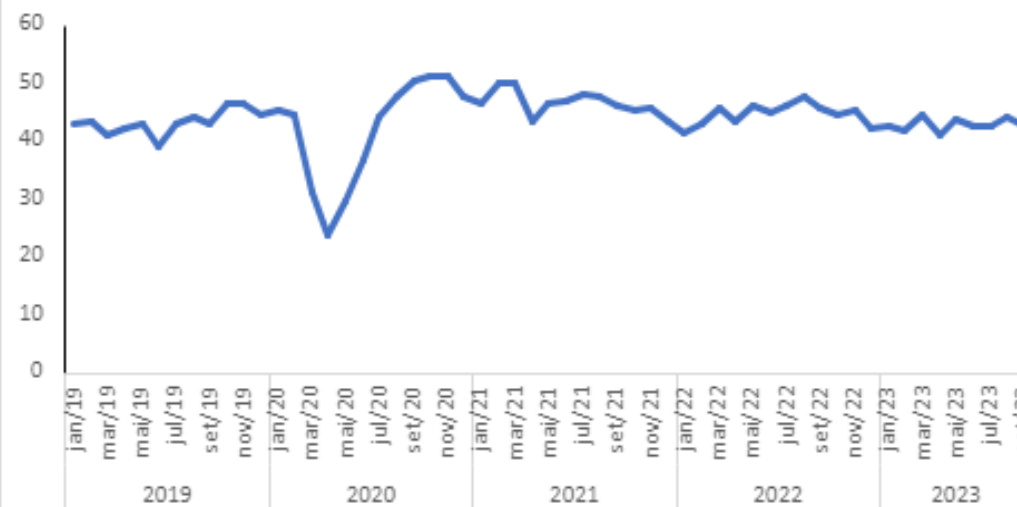


Gráfico 1.8: Utilização da Capacidade Instalada (Brasil, em p.p)



Fonte: CNI- Elaboração Própria





## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Gráfico 1.9: Crescimento do PIB e da FBCF (Brasil, em %)

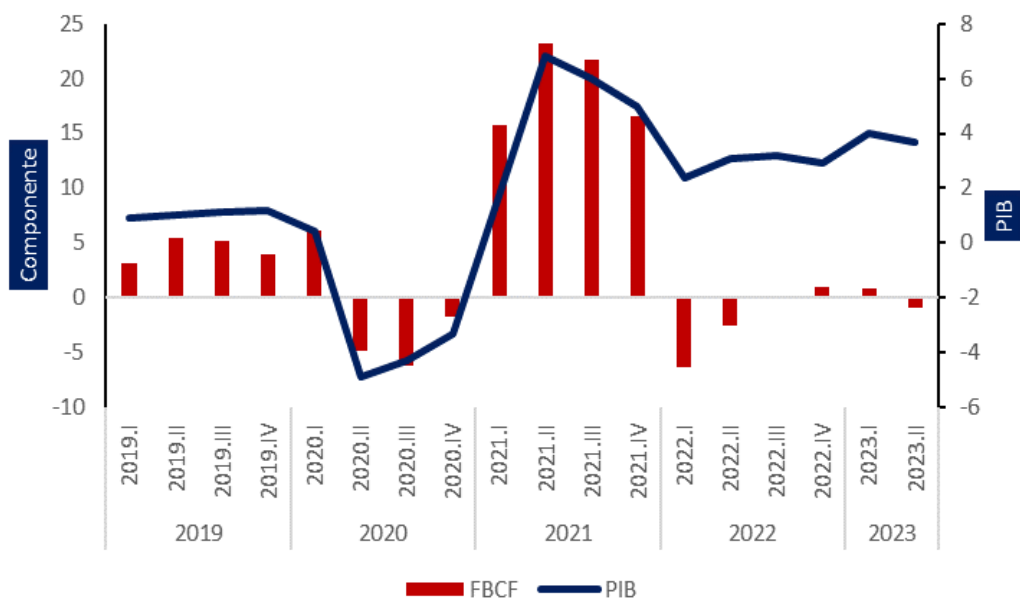


Gráfico 1.10: Crescimento do PIB, das Exportações e das Importações (Brasil, em %)

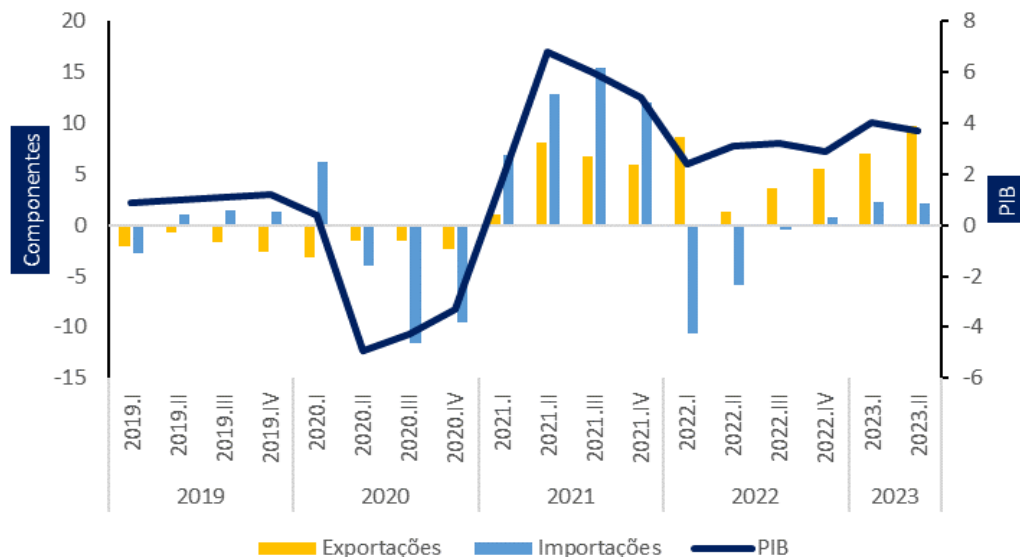


Gráfico 1.11: Crescimento do PIB, do Consumo das famílias e do Consumo do governo (Brasil, em %)

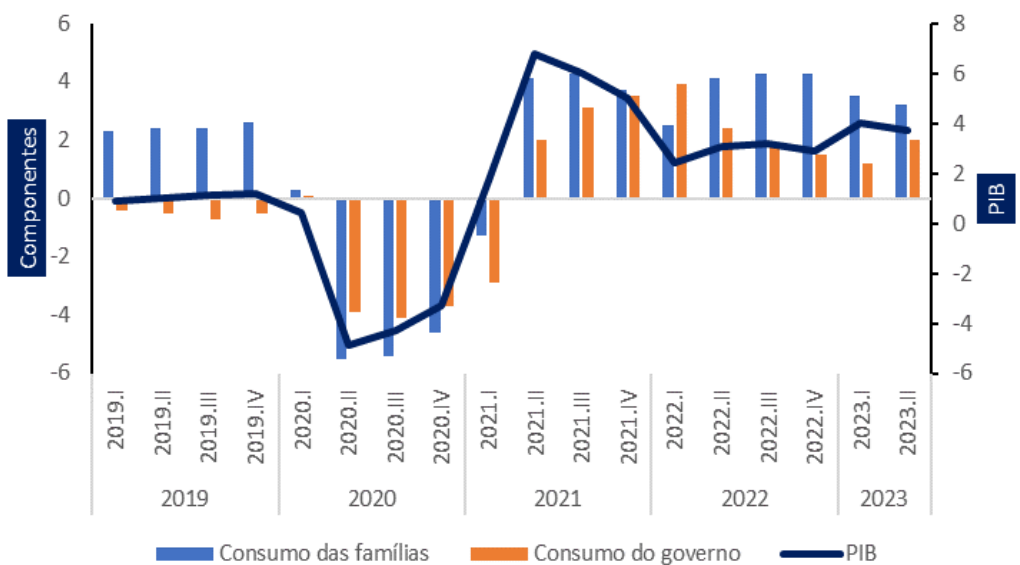
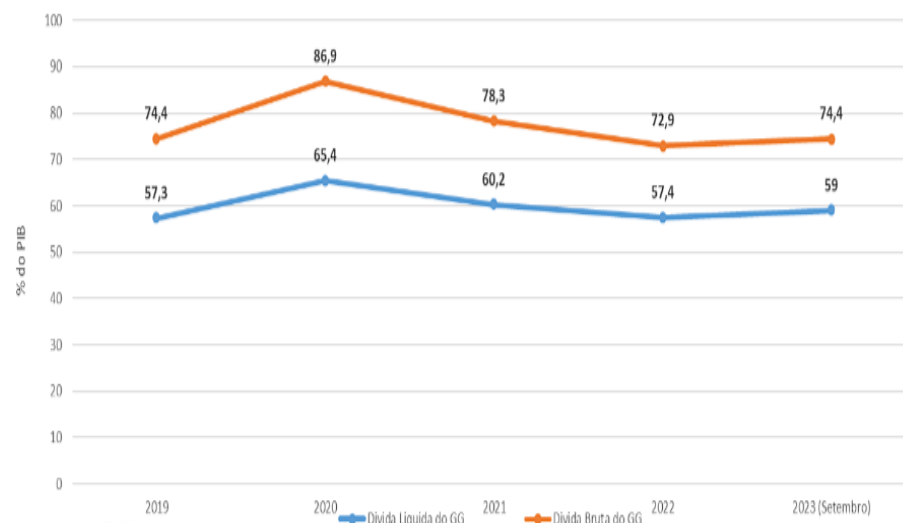


Gráfico 1.12: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Governo Geral em percentual do PIB -2019-setembro de 2023





## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

**Tabela 1.1: Balanço de Pagamentos - em bilhões de dólares correntes**

	2022	2023	% de variação
	Acum. até setembro	Acum. até setembro	Acum. até setembro
Discriminação - US\$ - janeiro a setembro			
<b>Transações correntes</b>	<b>-34682</b>	<b>-20895</b>	<b>39,75%</b>
<b>Balança comercial (bens) - Balanço de Pagamentos</b>	<b>34564</b>	<b>58703</b>	<b>69,84%</b>
Exportações de bens - Balanço de Pagamentos	257334	257027	-0,12%
Importações de bens - balanço de Pagamentos	222769	198322	-10,97%
Serviços	-29857	-26729	10,48%
Renda primária	-42289	-53674	-26,92%
Renda secundária	2900	803	-72,31%
<b>Conta capital</b>	<b>205</b>	<b>290</b>	<b>41,46%</b>
<b>Conta Financeira</b>	<b>-37339</b>	<b>-20430</b>	<b>45,29%</b>
<b>Investimento direto</b>	<b>-41607</b>	<b>-26733</b>	<b>35,75%</b>
Investimentos diretos no exterior	27227	14898	-45,28%
Participação no Capital	27181	15056	-44,61%
Operações Intercompanhia	47	-158	-436,17%
Investimentos diretos no país	68832	41631	-39,52%
Participação no Capital	55922	39248	-29,82%
Operações Intercompanhia	12913	2381	-81,56%
Investimentos em carteira	9536	-3028	-131,75%
Investimentos em carteira – ativos	-1088	5853	637,96%
Ações e cotas em fundos	-4403	2924	166,41%
Títulos de dívida	3315	2930	-11,61%
Investimentos em carteira – passivos	-10624	-1310	87,67%
Ações e cotas em fundos	2616	-3259	-224,58%
Títulos de dívida	-13240	12141	191,70%
Derivativos	-339	-2893	-753,39%
Outros Investimentos	-5664	-6214	-9,71%
Outros investimentos - Ativos	19908	1037	-94,79%



## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Outros Investimentos - Passivos	25575	7250	-71,65%
Ativos de reserva	735	18438	2408,57%
<b>Erros e omissões</b>	<b>-2861</b>	<b>175</b>	<b>106,12%</b>

<sup>1</sup> Concessões líquidas (+) / Captações líquidas (-)

Fonte: Banco Central / Elaboração própria.

**Tabela 1.2: Pauta de Exportação e Importação brasileira - Principais produtos segundo a CUCI<sup>1</sup> - jan/set de 2023**

Importações			Exportações		
Produto - CUCI Grupo	Valor FOB (US\$) - bilhão	% do total de impor.	Produto - CUCI Grupo	Valor FOB (US\$) - bilhão	% do total de expor.
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>164.586.585.107</b>	<b>90,55</b>	<b>Indústria de Transformação</b>	<b>131.496.025.228</b>	<b>51,91</b>
Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	12.865.876.735	7,82	Açúcares e melações	10.243.703.803	7,79
Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)	10.800.707.787	6,56	Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais	9.263.079.787	7,04
Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	6.934.506.826	4,21	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	8.206.630.792	6,24



## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários	5.699.949.131	3,46	Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	6.930.722.554	5,27
Partes e acessórios dos veículos automotivos	5.581.513.671	3,39	Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	6.828.646.267	5,19
<b>Indústria Extrativa</b>	<b>12.335.474.666</b>	<b>6,79</b>	<b>Indústria Extrativa</b>	<b>56.275.029.805</b>	<b>22,22</b>
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	6.876.602.903	55,75	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	30.411.958.333	54,04
Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado	3.104.979.338	25,17	Minério de ferro e seus concentrados	21.653.833.834	38,48
Gás natural, liquefeito ou não	1.248.347.703	10,12	Minérios de cobre e seus concentrados	2.428.130.169	4,31
Outros minérios e concentrados dos metais de base	460.446.893	3,73	Outros minerais em bruto	874.930.177	1,55
Outros minerais em bruto	218.605.030	1,77	Outros minérios e concentrados dos metais de base	245.776.724	0,44
<b>Agropecuária</b>	<b>3.416.402.659</b>	<b>1,88</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>63.862.737.650</b>	<b>25,21</b>





## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Trigo e centeio, não moídos	1.026.712.506	30,05	Soja	45.591.883.080	71,39
Pescado inteiro vivo, morto ou refrigerado	583.049.474	17,07	Milho não moído, exceto milho doce	8.661.245.130	13,56
Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas	524.740.775	15,36	Café não torrado	5.000.068.630	7,83
Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados	223.346.201	6,54	Algodão em bruto	1.466.687.713	2,29
Cevada, não moída	221.269.695	6,48	Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas	690.367.171	1,08
<b>Outros produtos</b>	<b>1.415.677.675</b>	<b>0,78</b>	Outros produtos	1.670.881.833	0,66
<b>Mundo</b>	<b>181.754.140.107</b>	<b>100</b>	<b>Mundo</b>	<b>253.304.674.516</b>	<b>100</b>

<sup>1</sup> Classificação Uniforme para Comércio Internacional.  
Fonte: Comex Stat / Elaboração própria).

**Tabela 1.3: Resultado Primário do Governo Central (R\$ Milhões correntes)**

Discriminação	2023	2022	Var 23/22
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	1.723.291,58	1.724.100,58	-0,05%
I.1. Receita Administrada pela RFB	1.061.016,47	1.035.219,71	2,49%



## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

I.2. Incentivos Fiscais	-59,91	-52,85	-13,36%
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	418.615,55	378.008,49	10,74%
I.4. Receitas Não Administradas pela RFB	243.719,48	310.925,22	-21,61%
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	328.065,59	336.609,00	-2,54%
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL</b>	1.395.226,00	1.387.491,58	0,56%
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	1.488.602,11	1.353.669,38	9,97%
IV.1. Benefícios Previdenciários	667.488,34	610.725,81	9,29%
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	253.227,71	246.086,93	2,90%
IV.4. Outras Despesas obrigatórias	220.713,86	220.919,30	-0,09%
IV.4.1. Créditos Extraordinários (Exceto PAC)	1.442,30	27.751,67	-94,80%
IV.4.2. Custeio e Capital	475.383,87	27.495,04	1628,98%
IV.5. Despesas Sujeitas à Programação Financeira	347.172,23	275.937,35	25,82%
IV.5.1 Bolsa Família e Auxílio Brasil	124.210,02	65.890,25	88,51%
IV.5.2 Despesas Discricionárias	108.994,02	115.357,06	-5,52%
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	-93.376,12	33.822,19	-376,08%
VI.1. Tesouro Nacional	155.863,81	266.850,56	-41,59%
VI.2. Previdência Social (RGPS)	-248.872,77	-232.717,30	-6,49%
VI.3. Banco Central	-367,14	-311,06	-15,27%
<b>VI. JUROS NOMINAIS</b>	-472.467,45	-377.107,33	-20,18%
<b>VII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL</b>	-589.958,99	-342.038,98	-42,02%

Fonte: Tesouro Transparente e Banco Central/Elaboração própria.

Tabela 1.4: Necessidade de Financiamento do Setor Público primária, nominal e despesa com juros (em R\$ milhões/% PIB)



## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Discriminação	2022		2023		%Var 23/22
	Jan-Ago		Jan-Ago		
	Fluxos	%PIB	Fluxos	%PIB	
I. Resultado Primário	-120.300,39	-1,85	78.734,66	1,12	2,53
I.1.Governo Central	-24.199,65	-0,37	100.712,05	1,43	5,16
I.2. Governos Regionais	-90.782,59	-1,4	-23.540,32	-0,33	2,85
I.3. Empresas Estatais	-5.318,15	-0,08	1.562,93	0,02	4,40
II. Juros Nominais	379.896,53	5,86	429.056,30	6,1	0,11
II.1.Governo Central	329.040,56	5,07	361.659,13	5,14	0,09
II.2. Governos Regionais	47.918,18	0,74	63.514,24	0,9	0,24
II.3. Empresas Estatais	2.937,79	0,05	3.882,93	0,06	0,24
III. Resultado Nominal	259.596,15	3,99	507.791,00	7,23	0,49
III.1.Governo Central	304.840,89	4,69	462.371,19	6,58	0,34
III.2. Governos Regionais	-42.864,39	-0,66	39.973,94	0,57	2,07
III.3. Empresas Estatais	-2.380,35	-0,04	5.445,87	0,08	1,43
Fonte: Banco Central - Elaboração própria					
Legenda: Déficit(+) Superavit (-)					

**Tabela 1.5: Dívida Bruta do Gov. Geral (DBGG) e Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP) - (em R\$ milhões/% PIB)**

Discriminação	2022		2023		
	ago	% PIB	ago	% PIB	Var 23/22
<b>Dívida Bruta do Gov. Geral</b>	<b>7.231.619,18</b>	<b>75,72</b>	<b>7.771.630,84</b>	<b>74,36</b>	<b>0,06</b>
<b>Dívida Líquida Total</b>	<b>5.565.456,44</b>	<b>57,1</b>	<b>6.224.084,29</b>	<b>59,55</b>	<b>0,11</b>
Governo Central	4.698.506,53	48,7	5.283.360,64	50,55	0,11



## Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal & Setor Externo

Governos regionais	813.386,95	7,2	879.932,49	8,42	0,08
Empresas estatais	53.562,96	0,4	60.791,16	0,58	0,12
<b>Dívida Interna Líquida</b>	<b>4.696.637,94</b>	<b>48,46</b>	<b>5.297.713,31</b>	<b>50,69</b>	<b>0,11</b>
<b>Dívida Externa Líquida</b>	<b>868.818,51</b>	<b>9,09</b>	<b>926.370,97</b>	<b>8,87</b>	<b>0,06</b>

Fonte: Banco Central - Elaboração própria



## Anexo Estatístico: Política Monetária & Inflação

Gráfico 2.1: INPC  
(Brasil em %)

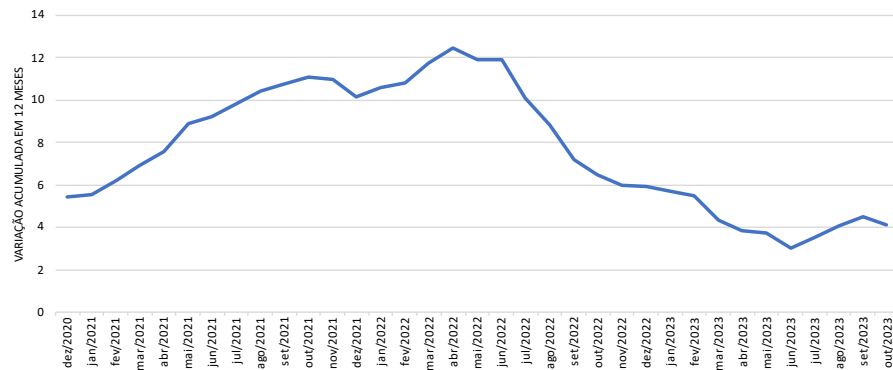


Gráfico 2.2: IPCA  
(Brasil em %)

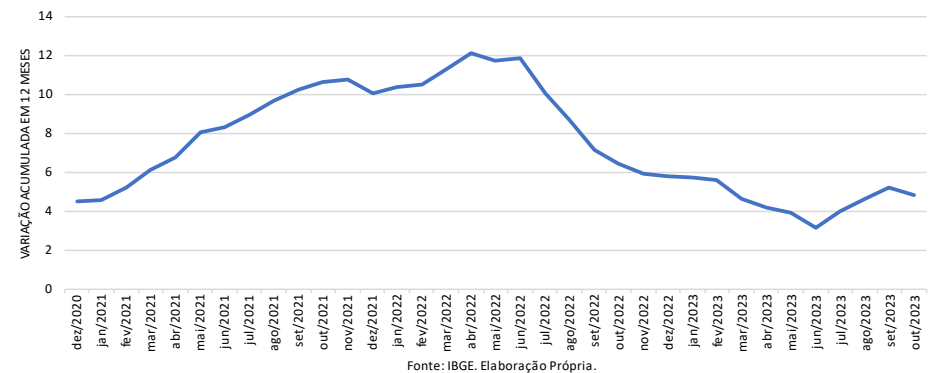


Gráfico 2.3: INPC por setor  
(Brasil, em %)

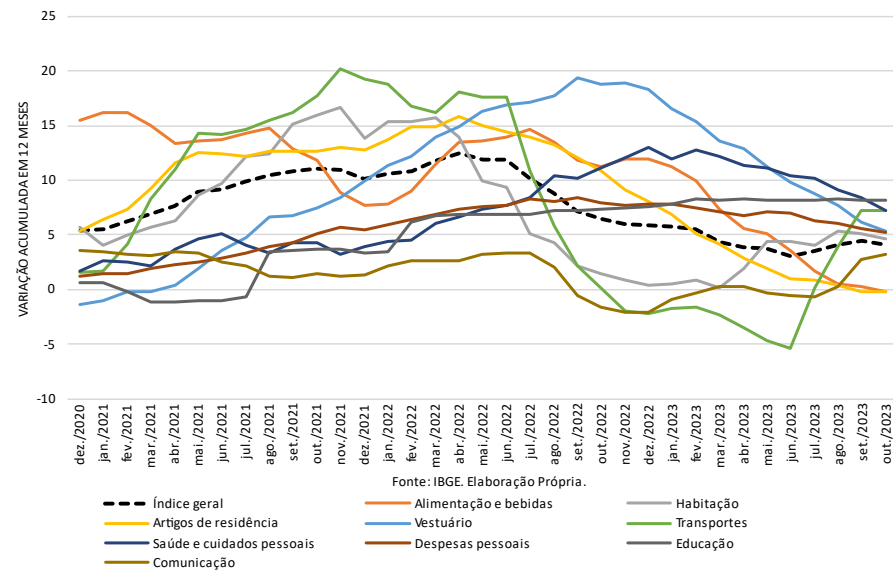
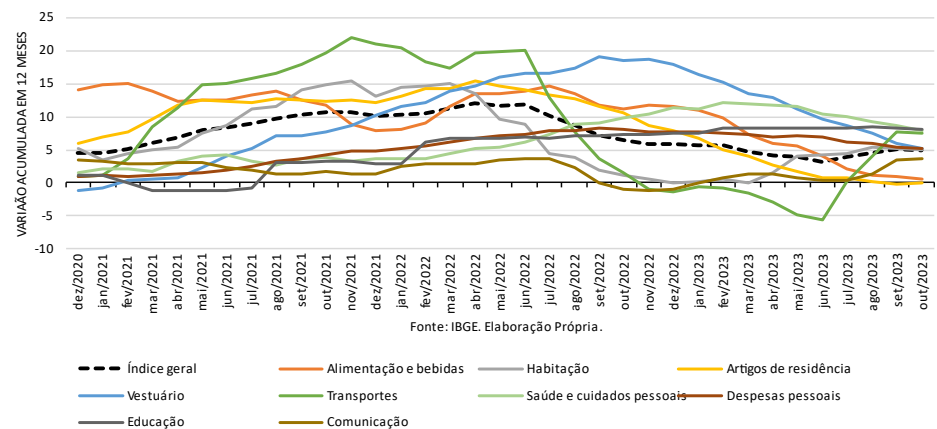


Gráfico 2.4: IPCA por setor  
(Brasil em %)

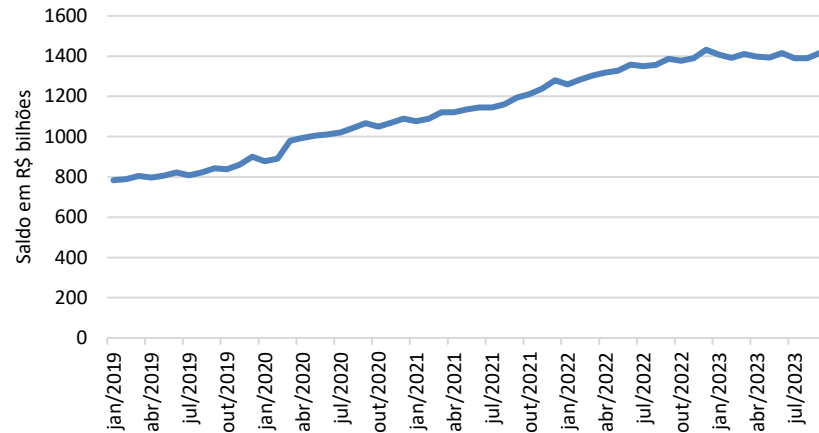






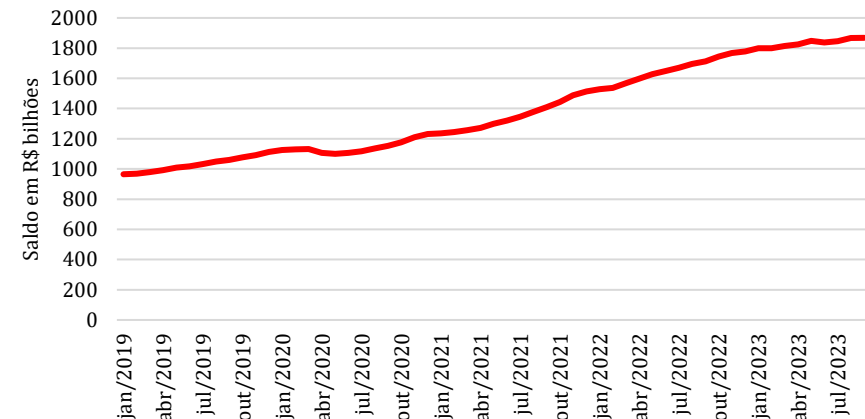
## Anexo Estatístico: Política Monetária & Inflação

Gráfico 2.7: Saldo de Crédito - Recursos Livres Pessoa Jurídica



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2.8: Saldo de Crédito: Recursos Livres Pessoa Física



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2.9: Crédito - Recursos livres  
Fonte: Banco Central. Elaboração Própria.

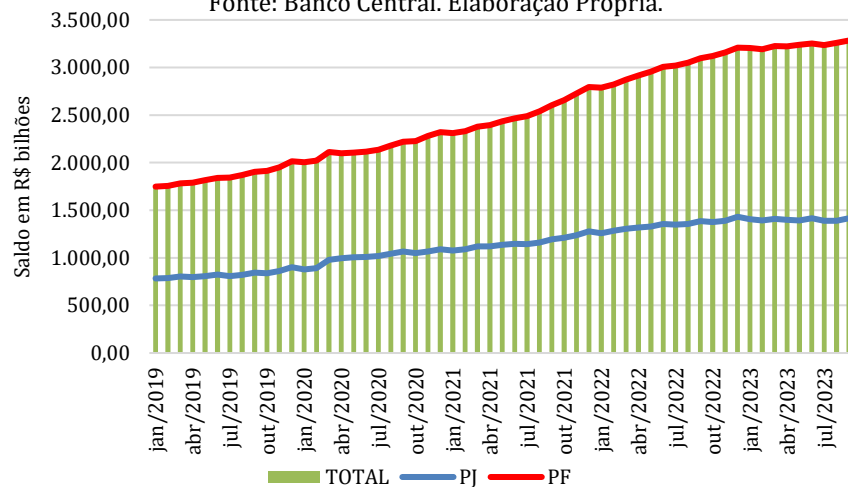
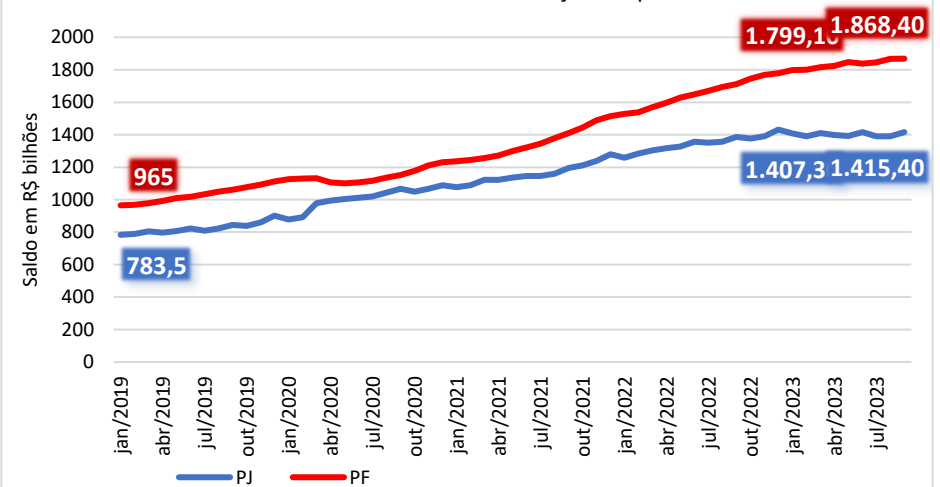


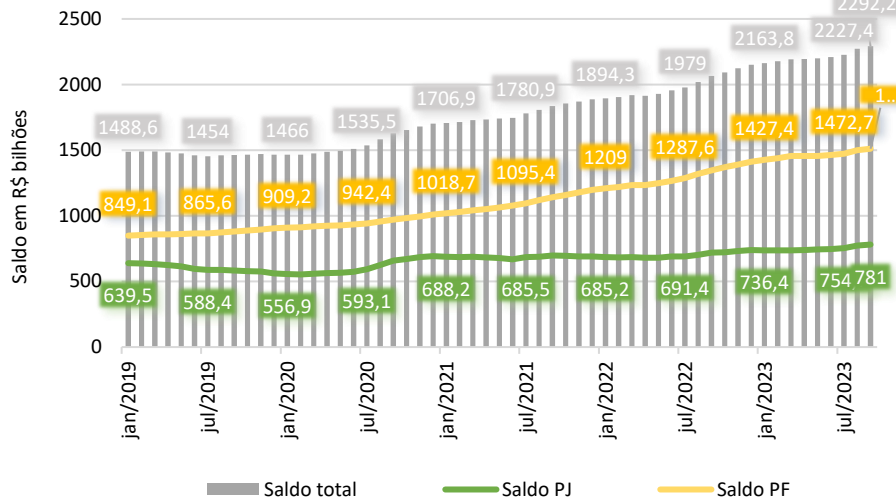
Gráfico 2.10: Recursos livres - Pessoa Física e Pessoa Jurídica  
Fonte: Banco Central. Elaboração Própria.





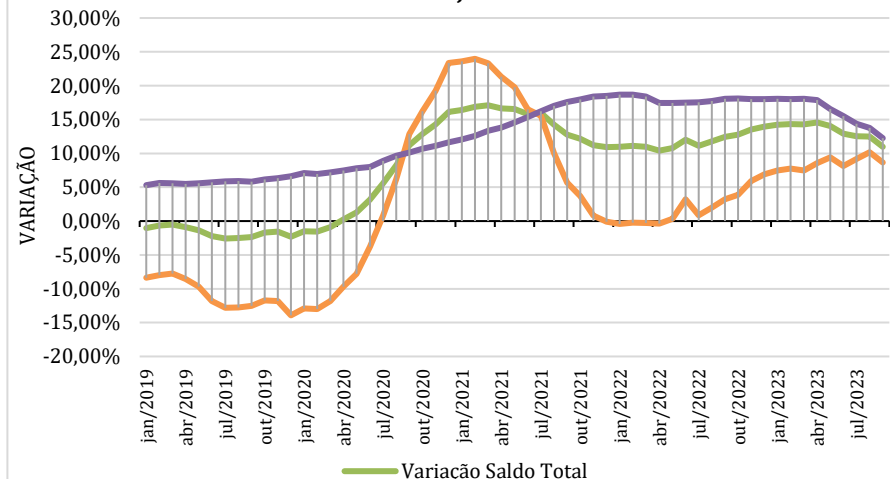
## Anexo Estatístico: Política Monetária & Inflação

Gráfico 2.11: Saldo crédito direcionado - Pessoa Física X Pessoa Jurídica



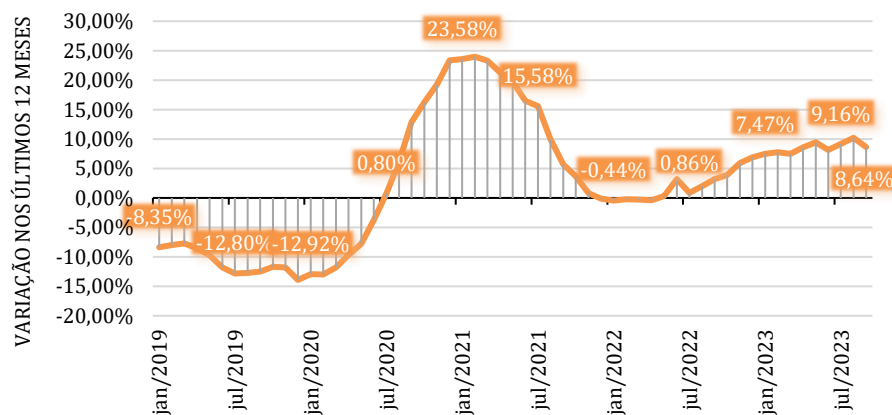
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2.12: Variação do saldo crédito direcionado - Pessoa Física X Pessoa Jurídica



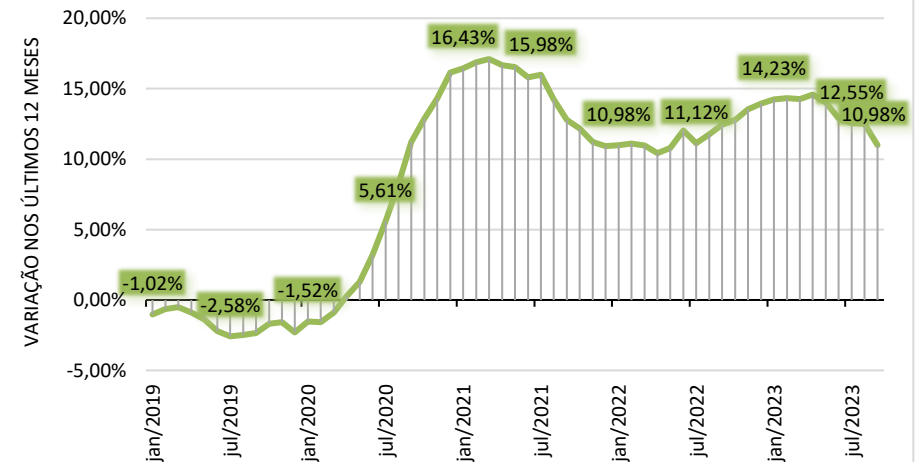
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2.13: Variação do saldo pessoa jurídica - Crédito direcionado



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

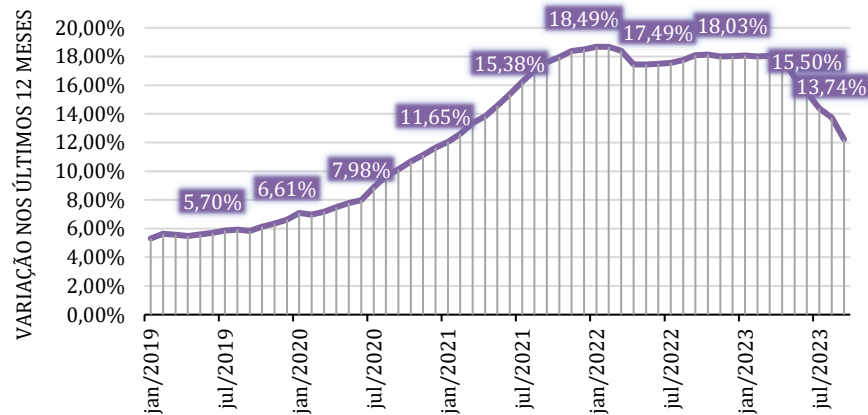
Gráfico 2.14: Variação do saldo total - Crédito direcionado





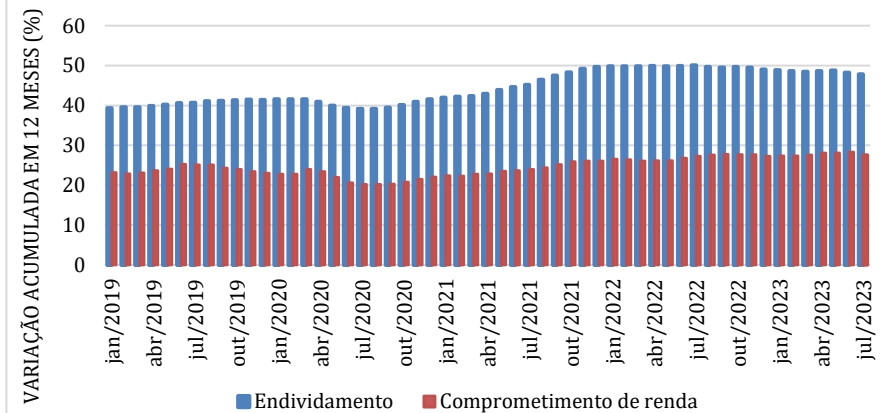
## Anexo Estatístico: Política Monetária & Inflação

Gráfico 2.15: Variação do saldo pessoa física - Crédito direcionado



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2.16: Endividamento das famílias e comprometimento da renda (RNDBF)





## Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Gráfico 3.1: População na Força de Trabalho e Fora da Força de Trabalho (Brasil, em mil)

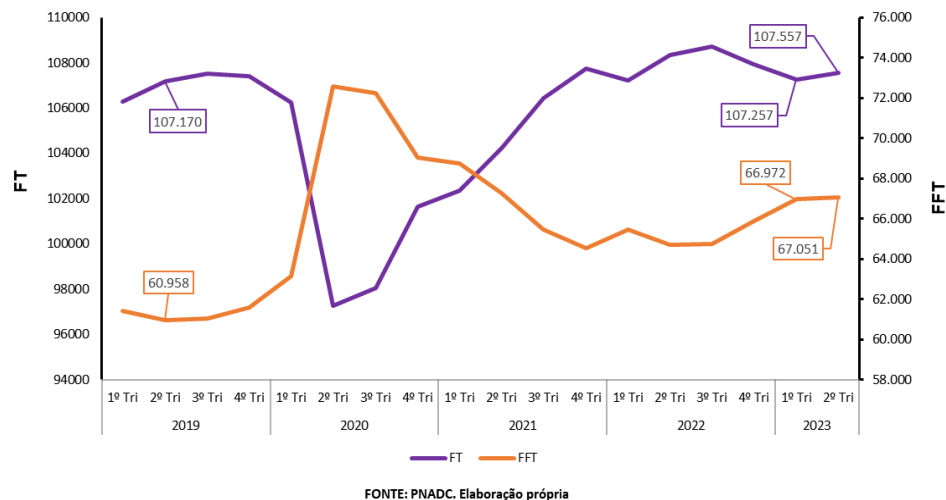


Gráfico 3.2: Taxa de Participação na Força de Trabalho (Brasil, em %)

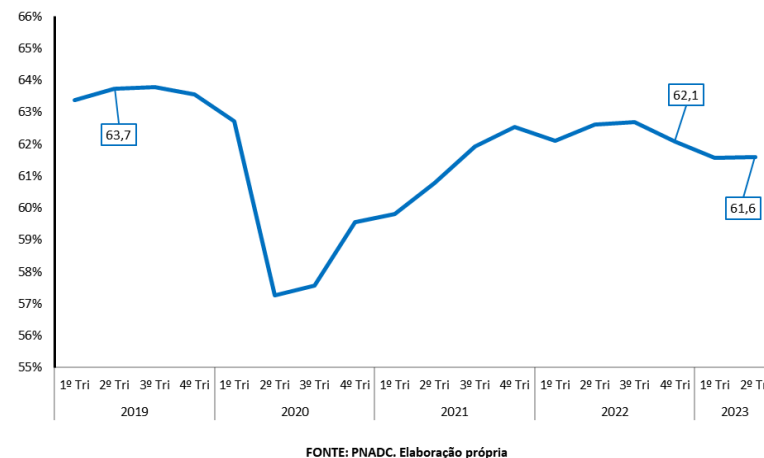


Gráfico 3.3: População Ocupada e População Desocupada (Brasil, em mil)

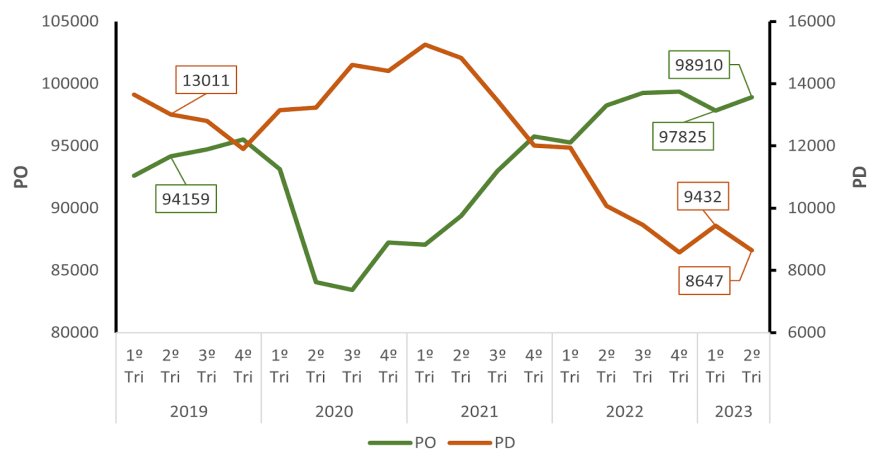
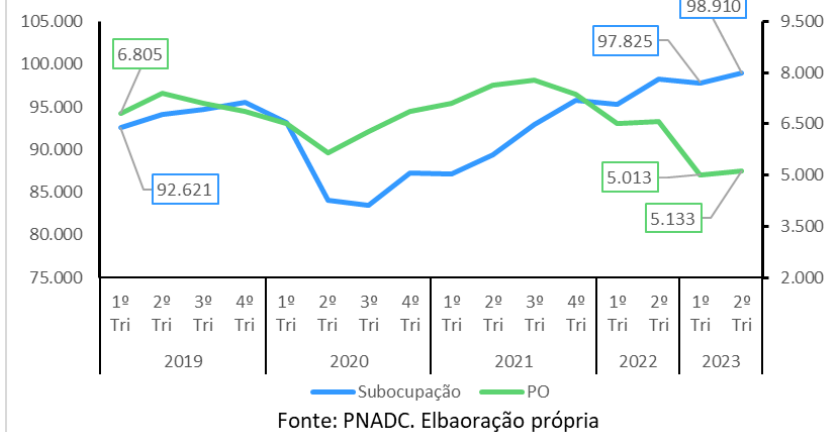


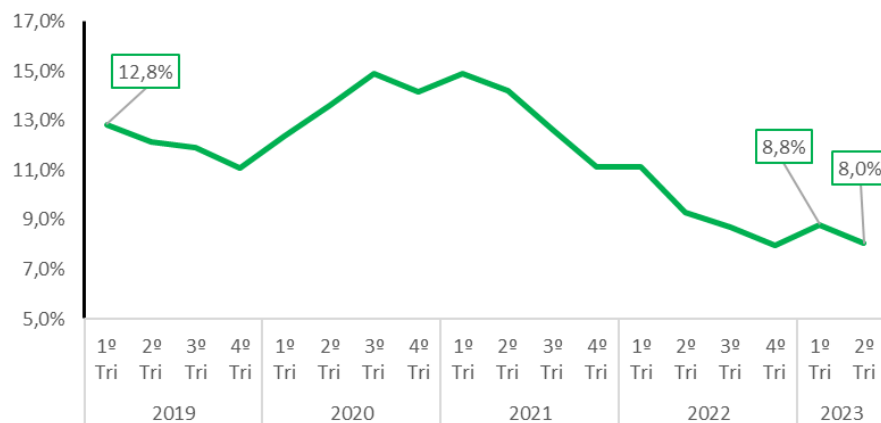
Gráfico 3.4: População Ocupada e População Subocupada (Brasil, em mil)





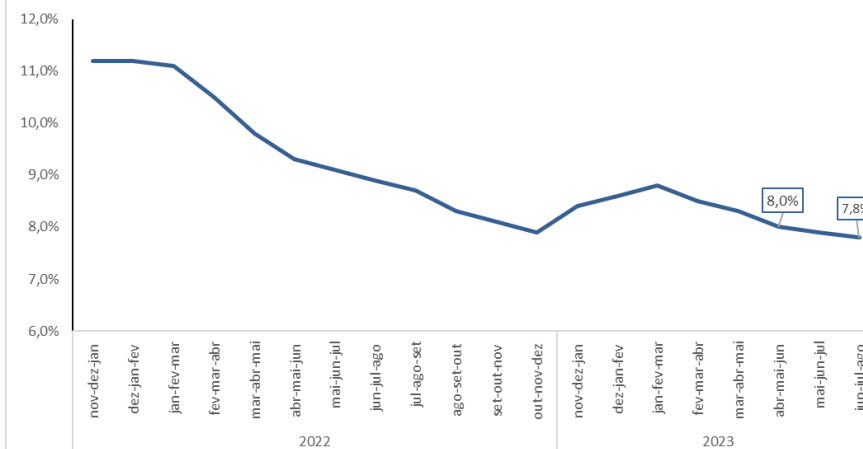
## Anexo Estatístico: Empregos & Salários

**Gráfico 3.5: Taxa de Desocupação (Brasil, em %)**



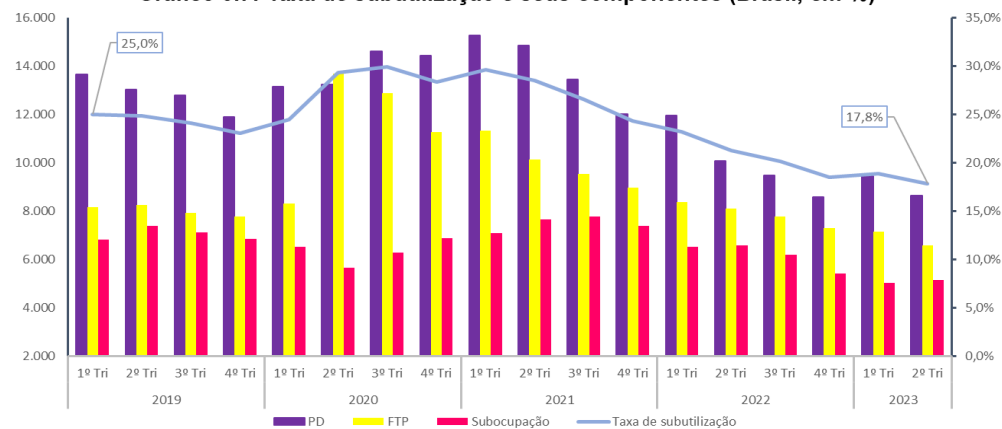
Fonte: PNADC. Elaboração própria

**Gráfico 3.6: Taxa de Desocupação (Brasil, em %)**



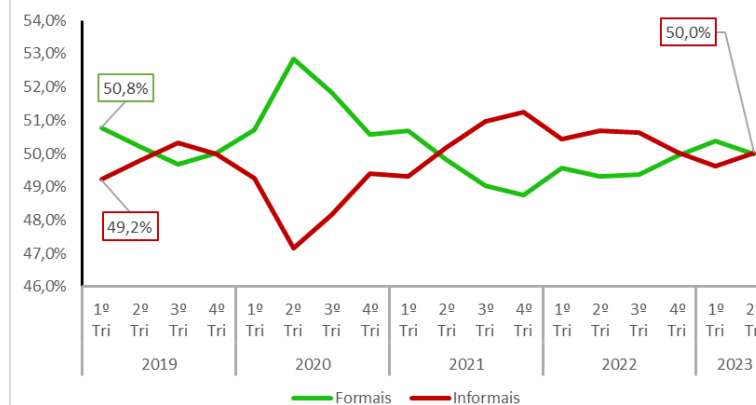
Fonte: PNAD Mensal. Elaboração própria.

**Gráfico 3.7: Taxa de subutilização e seus componentes (Brasil, em %)**



Fonte: PNADC. Elaboração própria

**Gráfico 3.8: Taxa de formalidade e informalidade (Brasil, em %)**



Fonte: PNADC. Elaboração própria





## Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Gráfico 3.9: Rendimento Médio Real e Massa Salarial (Brasil, em R\$)

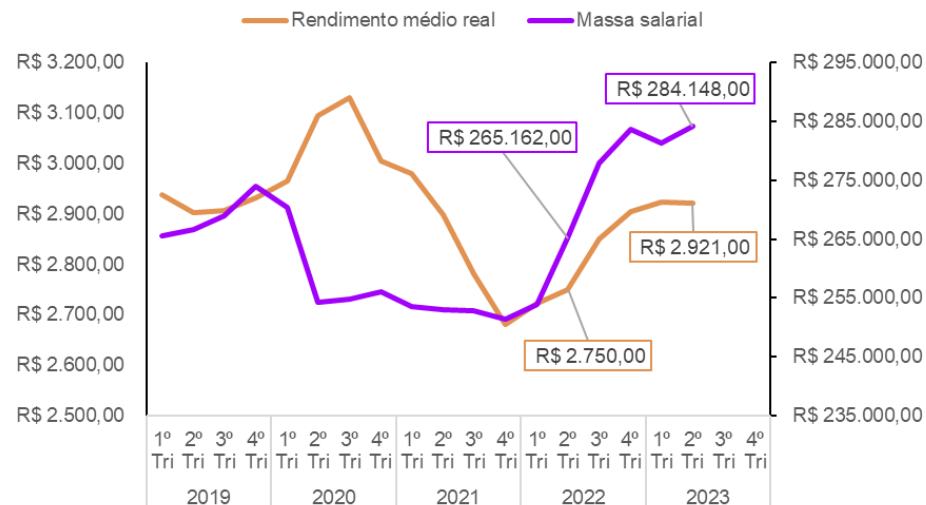


Gráfico 3.10: Rendimento Médio Real dos Formais (Brasil, em mil)



Gráfico 3.11: Rendimento Médio Real dos Informais (Brasil, em mil)

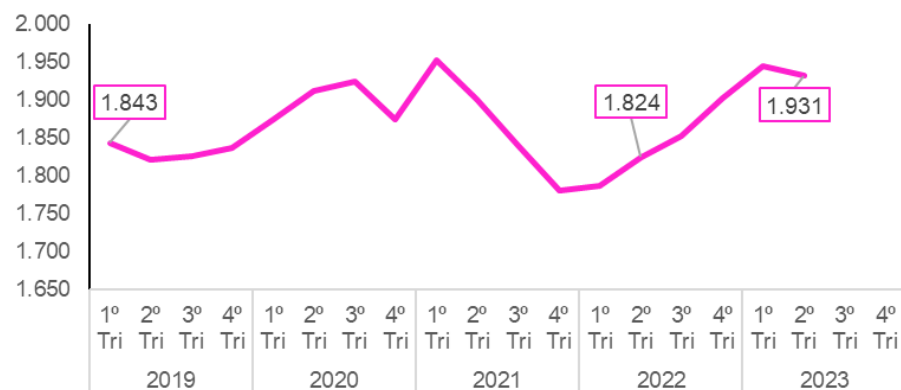
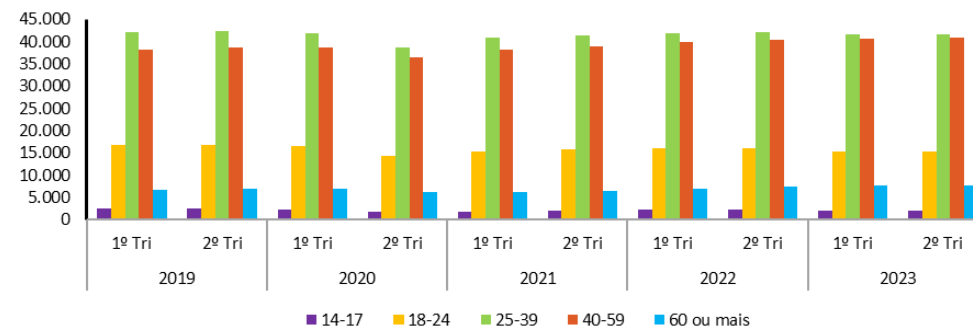


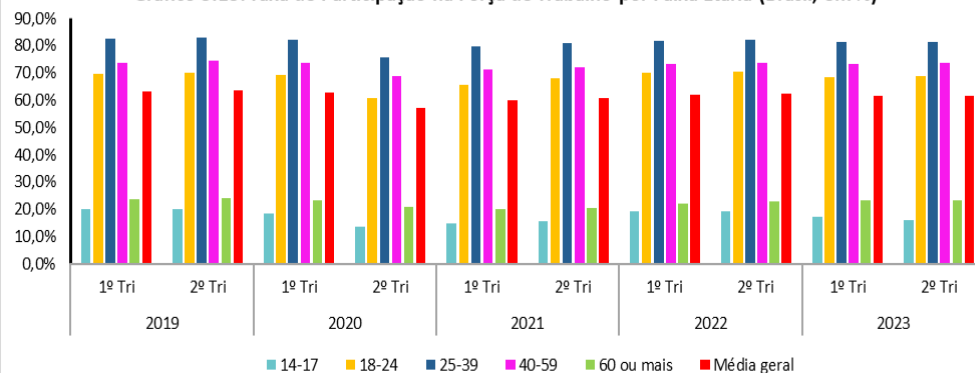
Gráfico 3.12: População na Força de Trabalho por Faixa Etária (Brasil, em mil)





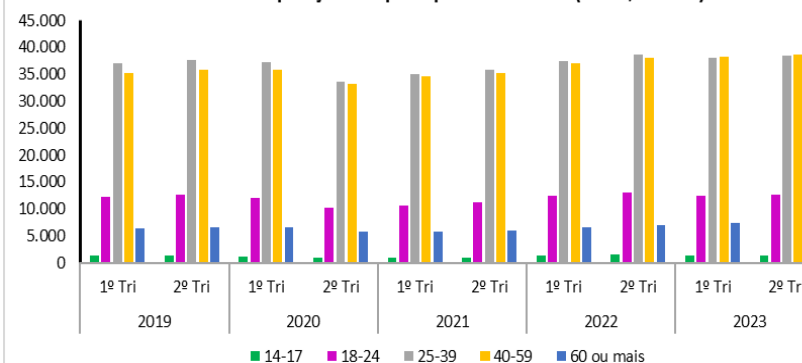
## Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Gráfico 3.13: Taxa de Participação na Força de Trabalho por Faixa Etária (Brasil, em %)



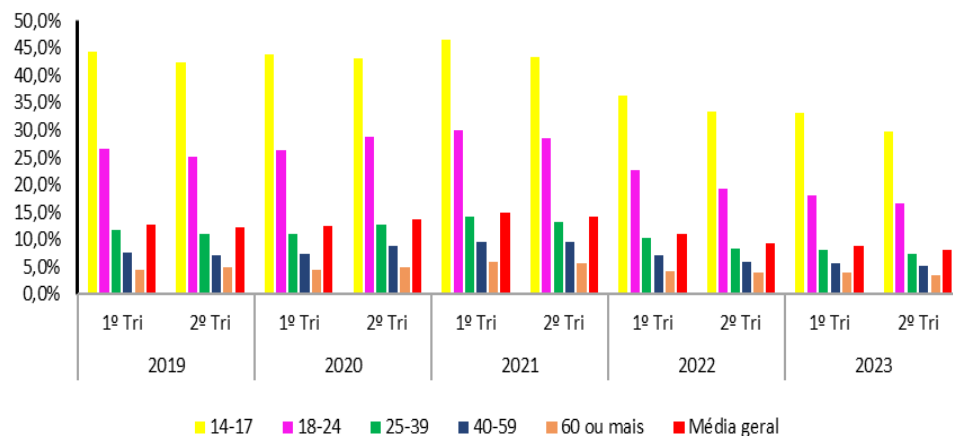
Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Gráfico 3.14: População Ocupada por Faixa Etária (Brasil, em mil)



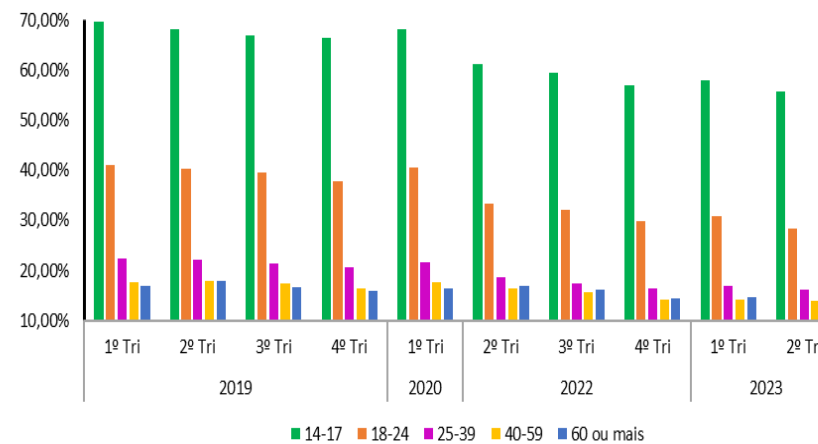
Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Gráfico 3.15: Taxa de Desocupação por Faixa Etária (Brasil, em %)



Fonte: PNADC. Elaboração própria.

Gráfico 3.16: Taxa de Subutilização por Faixa Etária (Brasil, em %)



Fonte: PNADC. Elaboração própria.



## Anexo Estatístico: Empregos & Salários

Gráfico 3.17: Rendimento Médio Real por Faixa Etária (Brasil, em R\$)

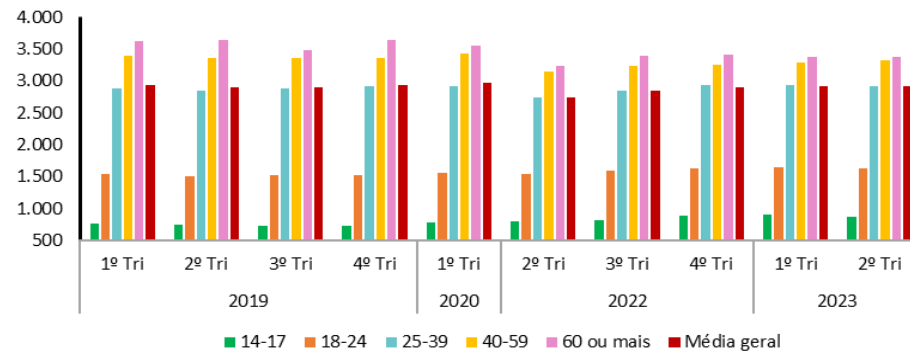


Tabela 3.1: INFORMAL – Variação trimestral por posição na ocupação desagregada (Brasil, em %)

Trimestres	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Empregado no setor público sem carteira	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total Informal
*1ºT2023-2ºT2023	2,4%	3,6%	13,6%	0,1%	4,0%	2,0%
*4ºT2022-1ºT2023	-3,2%	-3,1%	-7,0%	-1,1%	-6,2%	-2,4%
*2ºT2019-2ºT2023	10,3%	0,1%	27,1%	5,7%	-27,8%	5,9%

Fonte: PNADC. Elaboração própria.



## Anexo Estatístico: Empregos & Salários

**Tabela 3.2: INFORMAL – Variação trimestral por posição na ocupação desagregada (Brasil, em mil)**

Trimestres	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Empregado no setor público sem carteira	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total Informal
*1T2023-2*T2023	303	150	377	30	60	920
*4T2022-1*T2023	-	430	-	134	-	207
*2T2019-2*T2023	1.226	6	669	1.357	-	599

Fonte: PNADC. Elaboração própria.

**Tabela 3.3: FORMAL – Variação trimestral por posição na ocupação desagregada (Brasil, em %)**

Trimestres	Empregado no setor privado com carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Militar e servidor estatutário	Total Formal
*1T2023-2*T2023	0,2%	0,0%	0,2%	0,3%
*4T2022-1*T2023	-0,5%	-0,2%	-1,0%	-0,7%
*2T2019-2*T2023	6,8%	-13,9%	0,4%	4,9%

Fonte: PNADC / Elaboração própria.

**Tabela 3.4: FORMAL – Variação trimestral por posição na ocupação desagregada (Brasil, em mil)**

Trimestres	Empregado no setor privado com carteira	Trabalhador doméstico com carteira	Militar e servidor estatutário	Total Formal
*1T2023-2*T2023	85	-	17	153
*4T2022-1*T2023	-	170	3	78
*2T2019-2*T2023	2.343	-	240	30

Fonte: PNADC / Elaboração própria.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CONJUNTURA**  
Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Goiabeiras, Vitória/ES  
CEP: 29075-910 – Tel: (27) 4009-2605

**Nos acompanhe nas redes sociais!**  
[Blog](#) | [Instagram](#) | [Facebook](#) | [Twitter](#)

**COORDENAÇÃO GERAL :** Prof. Dr. Vinícius Vieira Pereira

**SUBCOORDENAÇÃO:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neide César Vargas

**COORDENAÇÃO DE ÁREAS**

Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Fregnani Colombi (Empregos e Salários), Dr<sup>a</sup>. Neide César Vargas (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo), Dr<sup>a</sup>. Renata Moreira (Política Monetária e Inflação) e Dr. Vinícius Vieira Pereira (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo).

**ELABORAÇÃO DO ITEM POLÍTICA ECONÔMICA:** Dr. Fabrício Augusto de Oliveira

**ESTUDANTES QUE ELABORARAM OS ITENS EM DESTAQUE**

**NÍVEL DE ATIVIDADE, POLÍTICA FISCAL E SETOR EXTERNO**

Gabriel Santos, Gustavo Altoé, João Froz, Júlia Rocon, Luan Magalhães, Lucas Carvalho, Kayky Barcelos, Matheus Leopoldo e Matheus Maia.

**POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO**

Anelise Laia, Camila Dias, Diogo Schiavinatto, Gabriela Morozini, Kariny Keterly e Luiza Ambrozini.

**EMPREGOS E SALÁRIOS**

Arthur Buffon, Bruna Cavati, Gustavo Gomes, Henrique Moura, Laís Pimentel e Luiz Carlos.

**DIVULGAÇÃO:** Kariny Keterly e Luiz Carlos Santos de Jesus.